ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOULÉ

Mandato 2017-2021

Ata n.º 7/20
Sessão Ordinária de 26 de Junho de 2020

Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas e cinco minutos, no Cineteatro Louletano, na Av.ª José da Costa Mealha, em Loulé, deu-se início à Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Loulé, convocada ao abrigo do artigo trigésimo sétimo do Regimento, presidida pelo senhor Presidente da Assembleia, Adriano Lopes Gomes Pimpão, com a seguinte Lista de Presenças e Ordem de Trabalhos:----------

---

----------**Lista de Presenças**:----------

---

22 Deputados Municipais do PS- Adriano Lopes Gomes Pimpão (Presidente da Assembleia), Maria Helena Serafim Guerreiro Brito Baptista, João Luis Calçada Correia, Carlos Manuel Pontes Costa, Rosana Corga Fernandes Durão (1ª secretária), Vitor Cristiano da Piedade Ferreira, Maria Esteves Ferreira Lourenço, Hugo Miguel Guerreiro Nunes, Abel Filipe dos Santos Matinhos, Sónia Alexandra Martins dos Santos Neves, Joana Guerreiro da Conceição, Fábio Miguel Cortes Nobre, Dora Maria Portela do Olival, José João Magalhães David, Manuel Vitorino Correia Inácio (em substituição de Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos), Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira (em substituição de Maria da Conceição Leite Esteves Duarte), Joaquim João Pinheiro Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Almancil), António Francisco Ferreira Martins (Presidente da Junta de Freguesia de Alte), Paulo Manuel Cavaco Nogueira (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), Nelson Joaquim Caetano Brazão (Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime), Eduardo Manuel Graça Amador (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira) e Manuel Francisco Gonçalves Guerreiro (Presidente da Junta de Freguesia de S. Sebastião);----------

---

9 Deputados Municipais do PSD- Sebastião Francisco Seruca Emídio, Mário Baião Botelho da Silva, Maria José Botelho da Palma Bento Vasques (2ª secretária), Ricardo Manuel Casanova Lampreia, João Manuel Guerreiro da Conceição, Bárbara Maria do Amaral Correia, Duarte José de Sousa Duarte, Francisco André Pereira Rodrigues (em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Salir) e Maria Margarida Renda Correia (Presidente da União das

Freguesias de Querença/Tôr/Benafim);----------

---

1 Deputado Independente- Fernando Domingos dos Santos;----------

---

1 Deputado Municipal do CDS- Ana Francisca Vaz Pinto Palma de Sousa (em substituição de António José Mendes Pinto Farrajota);----------

---

1 Deputado Municipal do BE- Carlos José da Silva Martins;----------

---

Também estiveram presentes o **Presidente da Câmara,** Vítor Aleixo e os **Vereadores**, Pedro Pimpão, Heloísa Madeira, Abílio Sousa, Ana Machado, Carlos Carmo, Marilyn Zacarias, José Graça e Horácio Piedade.----------

---

Apresentaram pedido de suspensão de mandato:----------

Os **Deputados Municipais do PS**, Joaquim Manuel dos Santos Vairinhos, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Manuel Vitorino Correia Inácio, Maria da Conceição Leite Esteves Duarte, tendo a mesma sido substituída respetivamente por Marco Jorge de Freitas Matos Ferreira.----------

O Deputado José Fernando Florinda Carrusca (Presidente da Junta de Freguesia do Ameixial), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Paulo Manuel Cavaco Nogueira.----------

O Deputado Telmo Manuel Machado Pinto (Presidente da Junta de Freguesia de Quarteira), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Eduardo Manuel Graça Amador.----------

O Deputado Carlos Filipe Gabriel de Sousa (Presidente da Junta de Freguesia de S. Clemente), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Luis Manuel Amélio Pinguinha, que não esteve presente.-------

---

O **Deputado Municipal do PSD**, Deodato Martins João (Presidente da Junta de Freguesia de Salir), comunicou impedimento em estar presente designando como seu substituto legal, ao abrigo do art.º 30.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia Municipal de Loulé, Francisco André Pereira Rodrigues.----------

---

O **Deputado Municipal do CDS**, António José Mendes Pinto Farrajota, tendo o mesmo sido substituído respetivamente por Ana Francisca Vaz Pinto Palma de

Sousa (PSD).----------

Tendo sido verificada pela Mesa da Assembleia a existência de quórum deliberativo, o senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, deu início à Sessão, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------

---

----------**Ordem de Trabalhos**----------

1-Intervenção do Público*;----------

2-Aprovação de Atas;----------

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;----------

4-Período de Antes da Ordem do Dia;----------

5-Moções;----------

6-Período da Ordem do Dia;----------

a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;----------

---

b)- Apreciação da Informação relativa **a Despesa com Equipamentos, Bens e Serviços, associados à doença COVID-19,**nos termos do artigo 7.º-B, da Lei n.º 12/2020, de 7 de Maio;----------

---

c)- Proposta 27/2020- Deliberação relativa à **Apreciação do Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação, e à Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do ano de 2019**, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º e alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar os documentos de Prestação de Contas e submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea l) do n.º2 do artigo 25.º, e alínea l) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; **[Proposta da Câmara Municipal n.º590-2020]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

---

d)- Proposta 28/2020- Deliberação relativa às **Demonstrações Financeiras Consolidadas do Ano de 2019**, nos termos do n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro **[Proposta da Câmara Municipal n.º800-**

2020] (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

e)- Apreciação da Informação relativa a **Declarações sobre Pagamentos/Recebimentos em atraso e Compromissos Plurianuais,** nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17/03; **[Proposta da Câmara Municipal n.º348-2020]** (plataforma smartgov.cm-loule.pt);----------

Foram iniciados os trabalhos:----------

1-Intervenção do Público;----------

Foi dada a palavra à **cidadã Helena Baião**, que começou a sua intervenção questionando o Executivo, se o Tribunal de Contas já tinha dado o aval para as obras da Rua do Sol, em Vilamoura, porque na última vez que colocou esta questão, foi-lhe transmitido que se aguardava apenas o visto do Tribunal de Contas, e uma vez que já decorreu tanto tempo, e porque já saiu uma Lei que dispensa o visto do Tribunal de Contas, a partir de um montante até superior, gostava então de saber, quando é que se vai iniciar aquela obra que é prometida há mais de 2 anos, e que é absolutamente critica para os residentes de Vilamoura. Colocou ainda outra questão, sobre o estacionamento, ou a falta dele, porque não foi normalizado pela Junta de Freguesia de Quarteira, na Rua Francisco Barros e na outra Rua, que é a da Farmácia Algarve e do Intermarché, porque essas duas Ruas não têm os estacionamentos marcados, são uma autêntica barafunda, pois as pessoas têm pouco espirito cívico, e estacionam de qualquer maneira, e depois não há estacionamento para outras pessoas, ficando carros em segunda fila, e ainda por cima, os edifícios nessas Ruas têm varandas tão baixas, que não permitem que as pessoas passem no passeio, o que poderia ser aproveitado para fazer estacionamentos em espinha.----------

De seguida foi dada a palavra ao **cidadão João de Carvalho Ferreira**, dizendo que era Arquiteto, e que se tinha apresentado na última Sessão da Assembleia Municipal, depois de seguir as regras de boa educação, quando se sentiu insultado e prejudicado pelo Arquiteto Carlos Neves, Chefe de Divisão da CML, tendo recorrido à sua Superior Hierárquica, Senhora Vereadora Dra. Heloísa Madeira, por duas vezes, e em datas distintas, apelando ao seu bom senso, na esperança da resolução deste problema, de prejuízos que projetos desta dimensão implicam, e esperou quase 1 ano por uma solução, e está nesta Sessão, sem qualquer outra intenção, que não seja a de defender a sua idoneidade profissional, e a sua honra, e porque a Senhora Vereadora, apenas o aconselhou a ter calma, mas como

passado 1 ano nada aconteceu, a sua calma esgotou-se, e viu-se obrigado a estar aqui de novo. Na passada Sessão da Assembleia (23 de junho de 2020), a resposta que obteve, foi de que a Câmara Municipal de Loulé, não iria proceder a linchamentos públicos, nem levantar nuvens de suspeição, sobre a idoneidade do Arquiteto Carlos Neves, e já que se encontra nesta Sessão, e porque na última a resposta da Senhora Vereadora, foi para si vazia e inconclusiva, vem mais uma vez, reportar uma situação concreta, de entre muitas, na qual é parte integrante, esperando que desta vez, fique claro, que não existe apenas, "nuvens de suspeição", mas sim realidades de situações muito mais graves, recordando que é Arquiteto, e que tem a felicidade de colaborar em parceria e em coautoria, em diversos projetos em Portugal e no Mundo, e neste caso em concreto, o projeto que vai apresentar, é o proc. n.º 91/2019, em nome de La Margna e outros, tendo sido elaborado em parceria com o Arquiteto Hugo Vestia Teixeira, e este projeto foi elaborado tendo como base o alvará de loteamento n.º 2/70 e o seu Regulamento com o n.º 5004, disponibilizado à data, no site oficial da Câmara Municipal de Loulé. Após a entrega do projeto, recebeu o ofício n.º 14092 de 13/07/2019, com intenção de indeferir, assinado pela Arquiteta Aline Contente, pelo Arquiteto Carlos Neves e pela Senhora Vereadora Dra. Heloísa Madeira. O seu parceiro no dia 19/07/2019, deslocou-se à Câmara Municipal de Loulé, nomeadamente à Divisão de Urbanismo, de forma a ver esclarecidas as razões para que o projeto tivesse intenção de indeferimento, e por incrível que pareça, é-lhe apresentado pelo Arquiteto Carlos Neves, um outro Regulamento, em papel, e com o n.º 5005, mas que se encontrava rasurado e que altera áreas de construção e afastamentos das construções aos limites, e este "novo" Regulamento, que à data não se encontrava no site oficial da Câmara Municipal de Loulé, mas que hoje se encontra, não tendo sido possível encontrar justificação para esta substituição, não tendo havido qualquer averbamento, ou seja, qualquer alteração oficial à alteração dos documentos válidos, este novo Regulamento n.º 5005, altera a área de construção dos 116 Lotes existentes em Vale do Lobo, passando de 25% da área do lote, para 20% da área do lote, bem como, foram alterados os afastamentos das construções aos limites dos lotes, de 4 metros aos limites posteriores e laterais, e 6 metros ao limite anterior, para 5 metros aos limites posteriores e laterais, e 8 metros ao limite anterior. De seguida apresentou 7 questões; 1.ª Qual é o aditamento ou averbamento, que promoveu esta alteração de Regulamento? 2.ª Qual é o Regulamento válido, o n.º 5004 ou o n.º 5005? 3.ª Se o Regulamento n.º 5005 é o válido, terão os projetos todos nos últimos 49 anos, sido aprovados sob u Regulamento errado? 4.ªSe assim foi, pode admitir que todos os projetos aprovados pela Câmara Municipal de Loulé, ao abrigo do Regulamento n.º 5004 são nulos, e estarão as moradias existentes ilegais? 5.ª Se as construções são ilegais, uma vez que foram aprovadas e

construídas tendo como base um Regulamento inválido, serão caçadas e anuladas as suas licenças de utilização? 6.ª Irá a Câmara Municipal de Loulé, obrigar a que todas as construções existentes, que não cumpram o Regulamento n.º 5005, sejam demolidas? 7.ª Irá a Câmara Municipal de Loulé, indemnizar o proprietário deste lote em concreto, uma vez que, quando o adquiriu tinha a perspetiva de construir uma área de 25% da área do lote, e que agora só poderá construir uma área de 20%, em Vale do Lobo? Ora, uma vez que não foi possível obter uma clarificação desta alteração ao Regulamento do alvará de loteamento, pois obtiveram como resposta por parte do Arquiteto Carlos Neves, a qual passou a citar "estou-me a cagar para o que está no site da Câmara", pedindo desculpa pela linguagem, mas recordando que se tratava de uma citação, e que não obstante, da Senhora Vereadora reiterar toda a sua confiança no Arquiteto Carlos Neves, tal como o afirmou na última Sessão da Assembleia, publicamente. Assim, vem perante esta Assembleia, pedir esclarecimento oficial desta situação, e apoio para a resolução, com o mínimo de custos para todos, pedindo por fim, autorização para fazer chegar à Mesa da Assembleia, a documentação que comprova tudo aquilo que acabou de dizer.----------

---

Foi dada a palavra ao **cidadão Jorge Jesus**, felicitando o Arquiteto João Ferreira por estar nesta Assembleia novamente, e dizendo que já que ninguém nesta Assembleia, pediu desculpas ao Senhor Arquiteto, pedia desculpas em nome do "seu empregado" Carlos Neves, pela sua má educação, e disse "seu empregado", porque está a trabalhar na Câmara Municipal, à conta, e pago com os serviços de todos os cidadãos, e está na Câmara para servir os cidadãos, e não o contrário, e lembrou à Senhora Vereadora Heloísa Madeira, que está e foi eleita, para servir os cidadãos, não foi eleita para defender os seus apaziguados e os seus amigos, porque o mínimo que se exigia da sua parte, era dizer ao Senhor Arquiteto João Ferreira, lamento o que aconteceu, vou averiguar, era o mínimo que se exigia, e perante tudo isto, o que se via, é que haveria aqui algum caso, e em 2 dias, viu isso, e por isso, chamou a atenção dos Senhores Deputados da Assembleia para esta situação, dizendo que não sabe o que é que andam a fazer, se é apenas uma questão de corpo presente, se é uma questão de carreirismo politico, porque em 2 dias, traz informação, que no fundo é um pouco idêntica à que trouxe o Senhor Arquiteto João Ferreira, e os Senhores Deputados, andam aqui há tanto tempo, e nunca lhes passou pela cabeça o que se anda a passar, e o que aconteceu, é que em 2 dias começou a investigar algumas coisas, mediante o que foi aqui dito pelo Senhor Arquiteto, e ficou a saber, que de facto há uma Empresa, que estava feliz e contente, a fazer a sua obra, e que esta obra "encalhou", e que o Arquiteto Hugo foi à Câmara Municipal, e questionou sobre o motivo que fez com que a obra tivesse encalhado, e foi-lhe respondido, que a

obra estava encalhada porque não era o Regulamento n.º 5004, ao que o Arquiteto Hugo respondeu, mas como é que não é o Regulamento n.º 5004, se é esse que está na internet, no site da CML, e a questão que se coloca, é que durante meio século, andaram a fazer-se construções perante um documento, que afinal não era o correto ?! Porque depois surgiu o Regulamento n.º 5005, e está também nesta Assembleia, um antigo Presidente de Câmara, como tal, não é só o atual Executivo responsável, como também os anteriores, e isto é um caso de Policia, porque se durante 50 anos se construiu sobre um documento que não era o documento válido, a Câmara Municipal vai ter que responder perante as Autoridades das diferentes Instâncias, e dirigindo-se ao atual Presidente da Câmara Municipal, disse que era o responsável máximo, por tudo o que acontece na Câmara Municipal, e como tal, era muito importante ouvir a sua explicação, acreditando que não se irá esconder ou escudar a responder, atrás dos Senhores Vereadores.----------

---

De seguida foi dada a palavra à **cidadã Isilda Guerreiro**, apresentando-se como cidadã do Concelho de Loulé, como elemento da Assembleia da Junta de Freguesia de Almancil, também como Conselheira no Agrupamento Vertical de Escolas de Almancil, enquanto membro da Associação de Pais, disse que iria abordar alguns assuntos que gostava de ver falados, e começou pela questão da falta de estacionamentos em Almancil, dizendo que já houve pequenos esforços, e foram criados alguns lugares, contudo, este é um problema que cada vez se apresenta mais difícil, pois cada vez mais se torna difícil conseguir estacionamento nas vária Ruas de Almancil, quer junto aos prédios, quer junto às lojas, não há estacionamentos em condições, e dado que, no dia anterior este problema foi à Assembleia de Almancil, e já que o Executivo de Almancil não tem para já nada definido, questionou o Executivo Camarário, se há ou não algo previsto resolver este problema gravíssimo. Falou também sobre o Parque Infantil do Jardim das Comunidades, dizendo que os equipamentos que lá se encontram, estão degradados, e não têm condições para as crianças com menos de 6 anos de idade os usarem, o que é uma pena, num Jardim tao bonito, e agora com o Lago limpo, as crianças não poderem aproveitar, correndo o risco de se magoarem. Questionou também o Executivo Camarário, se tinha condições de reforçar os meios de segurança em Almancil, porque quando foi inaugurado o Posto da GNR novo de Almancil, havia a promessa do Comando, de que viriam mais efetivos, e na reunião do dia anterior na Junta de Freguesia, soube que vieram 5 efetivos, mas que, entretanto, saíram 3, restando apenas 2, e Almancil tem um problema muito grave em termos de segurança, há muitos consumos de estupefacientes nas Ruas, Bares mal frequentados, assaltos em pleno dia, é por isso urgente resolver este problema. Também sobre a população de Almancil, que

neste momento passa por diversas dificuldades nesta fase de pandemia, em que perderam os seus empregos, ou viram reduzidos os seus rendimentos, questionou o Executivo Camarário, se já há medidas mais concretas para a população, como por exemplo, uma redução no pagamento de IMI, uma redução no valor da água (porque não é suficiente alargar o prazo de pagamento, porque terá que ser paga de qualquer forma), apoio a rendas, à semelhança do que está ser feito por outros Municípios no País. E para as famílias que não têm condições de ter tecnologias nas suas casas, questionou sobre qual o apoio dado pela Câmara Municipal, para as crianças que têm que assistir ao ensino à distância, pela televisão, através da Telescola, e receberem fichas de exercício através da internet, porque têm havido famílias com problemas, tendo a Associação de Pais tentado resolver parte do problema, comprando 23 Tabletes para algumas crianças poderem ter acesso à internet. Perguntou também ao Executivo, para quando e que está previsto o Pavilhão de Almancil, e qual o ponto de situação desta obra. E por último, disse que saiu no Diário da República, a lista das Escolas, em que vai ser retirado o amianto, e que a Escola EB 1 de Almancil não consta na Lista, tendo a Assembleia da Junta de Freguesia de Almancil, sido surpreendida com esta informação, pelo que, questionou o Executivo pelos motivos que levaram a que naquela Escola não fosse retirado o amianto, e ainda, que na Escola Sede de Almancil, que tem uma cozinha já com 30 anos, e que serve cerca de 800 refeições por dia, e cuja obra de remodelação foi prometida pela Câmara Municipal, mas que tarda, questionou sobre o inicio desta obra.----------
---

Concluídas todas as intervenções da parte do Público, o Senhor **Presidente da Assembleia**, entendeu relembrar todos, nomeadamente o Público, de que as questões levantadas pelo Público, são sempre dirigidas em primeiro lugar à Mesa da Assembleia, e depois a Mesa da Assembleia passará a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, ou endereçará a documentação que for aqui entregue, e este esclarecimento prende-se também com a documentação que foi entregue na última Sessão, que é vista primeiro pelo Presidente da Mesa e posteriormente é remetida à Câmara Municipal, e isto para dizer, que a Assembleia Municipal e os Deputados que a compõem, tomam sempre boa nota, daquilo que o Público vem aqui dizer, de tal forma, que o próprio Regimento, numa alteração que foi feita já neste mandato, considera as perguntas que são feitas aqui pelo Público, como sendo Questões ou Requerimentos feitos pela própria Assembleia, e monitoriza as respostas que entretanto são dadas pela Câmara Municipal, isto para dizer, que os Deputados não têm uma situação passiva em relação àquilo que se passa, têm alguns poderes limitados, como é óbvio, têm os poderes que a Lei lhes confere, não têm poderes de policia, não é essa a função, porque este é um órgão politico, limita-se a registar, limita-se a questionar o Executivo quando considera

que um determinado assunto deve ser discutido, e deve ser esclarecido, e é isso que fará, mas dando sempre, como é sua obrigação, a um esclarecimento por parte do Executivo, visto que as questões são dirigidas a Serviços do Executivo, isto falando da questão mais sensível que aparece em muitas das intervenções do Público nesta Assembleia, que são as questões ligadas aos Serviços do Urbanismo e a outros que têm contacto mais amiúde com o Público, esta é uma realidade, sabemos que existem problemas, e que as coisas se devem resolver dentro do que são os procedimentos legais que estão estabelecidos. Também quis dizer, que será muito difícil que qualquer assunto passe em claro, numa Assembleia, que tem Sessões online, transmitidas em direto, que se tornam do conhecimento geral, e há órgãos competentes, que ouvindo o que se passa, seja na comunicação social, seja entre Instituições deste tipo, possam entender atuar, por isso, nada aqui é segredo, nada fica por ser analisado, mas deve ser analisado de acordo com as regras próprias, e de acordo com aquilo que a Lei preconiza que se deve fazer, e não como qualquer coisa de ânimo leve, nomeadamente quando se está a falar de pessoas e avaliações de pessoas, que é matéria que tem sempre o seu melindre e até a sua salvaguarda em termos legais, quanto à dignidade das pessoas, agora, isso não implica que não se investigue e que não sejam analisadas todas estas questões, que em todas as Câmaras Municipais, é uma matéria muito sensível, e está certo, que todos, quer Assembleia Municipal, quer Executivo, farão o possível para esclarecer todos estes assuntos que nos trazem, e de forma a melhorar todos os procedimentos, para que o Público/Requerentes/Munícipes que se dirigem à Câmara, possam acompanhar a resolução dos seus problemas, e relembrou que uma das suas obrigações, quando se candidatou a esta Assembleia, assinou um compromisso, onde um dos pontos era muito interessante, quando os cidadãos fazem Requerimentos numa Câmara Municipal, numa Autarquia, deve haver uma Plataforma, online, que permita a esses cidadãos, seguir os procedimentos e o caminho que essa documentação tem, isto para dizer publicamente, que assumiu essa responsabilidade, e assumiu-a num contexto que dizia, o Senhor só pode ser candidato a um órgão autárquico, por esta força politica (Partido Politico), se assinar este documento, e foi o que fez, porque achou que o devia fazer e porque concorda com este ponto, e isto para dizer, que estamos perante matéria importante e que deve ser tratada, dentro dos parâmetros da Lei, e dentro do que são as competências de cada órgão.----------
---

Para responder às questões colocadas pelos cidadãos, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, Dr. Vítor Aleixo, que deu a palavra à Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, que começou por dizer, que estava aqui para reiterar o que disse na última Sessão da Assembleia Municipal, em que o assunto foi levantado pelo Arquiteto João Carvalho Ferreira, e repetir também o que lhe

disse nos dois atendimentos que teve com o Senhor Arquiteto, que as coisas estão a ser investigadas, estão a ser vistas, e a seu tempo, o Executivo tomará as decisões que entender tomar, e voltou mais uma vez a reiterar que, o que está aqui em causa, não é a idoneidade técnica do Chefe de Divisão, são outros assuntos, que em local próprio serão tratados, e relativamente ao assunto que o Senhor Arquiteto trouxe hoje a esta Sessão, sobre o alvará de loteamento n.º 7/70, é verdade que houve um lapso na digitalização do alvará de loteamento, não houve nenhum averbamento, não houve nenhum aditamento, não houve nada, e nem todos os alvarás, como o Senhor Arquiteto sabe, pela sua complexidade, estão digitalizados e disponíveis no site da Câmara, alguns só é possível consultar fisicamente, este foi digitalizado, e houve um lapso na folha do Quadro e do Regulamento, e como se deve verificar, a folha não estava rubricada, a folha que constava da digitalização, e a folha 5005 é que está correta, e é a que consta da escritura, e é a que consta de tudo, e quando a Câmara verificou que havia um lapso, corrigiu esse lapso, mas também não devem alarmar, porque em 1970, data do alvará, não havia digitalização, e qualquer lapso que possa ter ocorrido, só ocorreu após essa digitalização, estas questões da tecnologia têm estes senãos, também quis assegurar, que há uma linha que os Senhores Arquitetos esquecem-se de ler, é que a consulta aos documentos que estão online, não substitui a consulta dos documentos oficiais, e também deveria ter surgido alguma dúvida, quando todas as folhas estão rubricadas e assinadas pelos responsáveis políticos, com aquela aprovação, e aquela folha não estava, o que indicava que ali havia alguma coisa que não estava bem, houve um lapso dos Serviços, não foi algo da sua responsabilidade, mas a partir do momento que se verificou a existência desse lapso, fez-se a correção, e a partir desse momento, os processos são todos verificados dali para a frente, e se, se verificar que houve lapsos, serão corrigidos na medida do possível. E relativamente a todas as questões que o Senhor Arquiteto elencou, disse que se reservava ao direito de respondê-las por escrito, e às questões colocadas pelo Senhor Arquiteto Jorge Jesus, são as mesmas, e pensa que deu a resposta à questão colocada.----------

---

Também usou da palavra o Senhor **Vereador Abilio Sousa**, para responder à cidadã Helena Baião, dizendo que sobre a questão do inicio das obras na Rua do Sol, em Vilamoura, que por opção deste Executivo, essa obra terá inicio no mês de Setembro. Quanto à obra da Rua Francisco Barros, anotou o que a cidadã disse e irá falar com o Técnico responsável pela Divisão da Rede Viária, para perceber o que é que pode fazer, de forma a melhorar os estacionamentos.-------

Respondendo à cidadã Isilda Guerreiro, disse que em Almancil, existem apenas 430 m2 de amianto na Escola Dr. António Sousa Agostinho, e esse amianto será retirado com base num projeto que a Câmara está a fazer, para se retirar a

totalidade do amianto nas Escolas do Concelho, onde esta está incluída. Referiu também que em Almancil, está a ser feita a requalificação da Rua do Emigrante, a Rua do Centro Comunitário que irá muito em breve entrar na fase de requalificação do pavimento, a obra do Pavilhão Desportivo Multiusos foi adjudicada à Empresa Costa Carreira, por um valor de 12 milhões e 380 mil euros, a conclusão da Variante A-396, troço de Vale do Lobo à Quinta do Lago, está em vias de ser concluído, até à 1.ª quinzena de Julho, o saneamento no Cerro do Galo, está na fase final da execução do projeto, para ser lançado a Concurso, o saneamento nas Pereiras, na zona do Pequeno Mundo, está de igual modo, na fase final do projeto de execução, para se lançar o procedimento, e também, neste momento, até meados de Setembro, a Câmara irá avançar com o procedimento para a requalificação da Extensão de Saúde de Almancil. Sobre a questão dos estacionamentos em Almancil, disse que com a obra do Pavilhão Multiusos, estão contemplados mais estacionamentos.----------

De seguida usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara, Vítor Aleixo**, que respondendo à cidadã Isilda Guerreiro, disse que no Relatório Municipal sobre o COVID-19, que irá ser apresentado nesta Sessão, estarão elencadas uma serie de medidas à população. Sobre a questão do amianto nas Escolas, disse que se estava na reta final do que resta, e que já é muito pouco, porque nos últimos anos, tem havido um esforço muito grande nesse sentido, e pouco falta para concluir, e que agora há um plano especial, de iniciativa governamental, garantido que o que falta, irá ser removido, para tranquilidade de todos. Em relação às obras da cozinha do Jardim de Infância de Almancil, disse que existiram obras de ampliação, e que existem 3 cozinhas a confecionar refeições na Freguesia de Almancil.----------

Concluído este ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu continuidade aos Trabalhos.----------

Para fazer um Ponto de Ordem, pediu a palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, dizendo que era público o respeito e consideração que esta Assembleia tem pelo Senhor Presidente e pela Mesa, porém queria fazer uma observação, pedindo explicações ao Senhor Presidente da Assembleia, sobre a decisão tomada. Durante o inicio do mandato, ouviu-se do Senhor Presidente, que a Coligação do PSD e CDS foi desfeita, e tendo sido desfeita, o suplente do representante do CDS, seria o próximo suplente eleito pelo mesmo Partido, e hoje nesta Sessão, veio uma representante do PSD dessa Coligação, representar o CDS, não sabendo com que base legal o Senhor presidente da Assembleia se baseou para tomar a decisão de aceitar esta substituição, solicitando explicações

do Senhor Presidente da Assembleia, para que todos possam compreender e seguir o seu raciocínio.----------

De seguida, o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que não sabia se o Senhor Deputado Abel Matinhos (PS) estava presente quando explicou esta substituição, mas que de qualquer forma iria repetir o que disse, até porque se trata de uma matéria que é sempre bom relembrarmos, pois foi matéria que ficou esclarecida na Comissão Permanente, com base legal no artigo 79.º da Lei n.º 5-A/2002, sobre o Preenchimento de Vagas, "*1 — As vagas ocorridas nos órgãos autárquicos são preenchidas pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista ou, tratando-se de coligação, pelo cidadão imediatamente a seguir do partido pelo qual havia sido proposto o membro que deu origem à vaga.* ***2 — Quando, por aplicação da regra contida na parte final do número anterior, se torne impossível o preenchimento da vaga por cidadão proposto pelo mesmo partido, o mandato é conferido ao cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da lista apresentada pela coligação.***", e ainda respondendo ao Senhor Deputado Abel Matinhos (PS), disse que as dúvidas que o Senhor Deputado teve, também ele próprio as tinha tido, e como a Lei diz isto, e mesmo que o Senhor Deputado julgue que esta Lei pode entrar em contradição com outra Lei da Assembleia da República, informou que tinha que cumprir com esta, porque não poderes de Tribunal Constitucional, nem sequer tem poderes para enviar para o Tribunal Constitucional esta matéria, e por isso voltou a dizer que, se esta Assembleia entende que alguma coisa não está bem, tem poderes para aprovar uma Moção, ou para mandatar o Presidente da Assembleia dizendo o seguinte, "o Senhor deve esclarecer esta matéria no sitio próprio". Reafirmou que de facto o que fez, foi interpretar a Lei, e logo no inicio deste mandato, ao discutir este assunto na Comissão Permanente, onde se chegou a esta conclusão, e que depois, dirigiu-se a outras Assembleias que têm a mesma situação, as tais que têm muitas vezes Juristas à frente, e questionou-as sobre esta matéria, e que têm a mesma interpretação, porque como é óbvio tem que ter os seus cuidados neste assunto, e apesar de não ser Jurista, quis-se salvaguardar. Disse ainda que há Deputados que estão sempre atentos ao cumprimento da Lei, como é o caso do Senhor Deputado Abel Matinhos, não lhe pode dizer mais nada, apenas citar a Lei, e se o Senhor Deputado entender que há uma contradição na Lei, como não tem poderes legais, porque não é Tribunal Constitucional, o que pode fazer, se os Senhores Deputados entenderem, enviam-lhe um pedido devidamente fundamentado, e fará seguir esse pedido para quem de direito possa responder, e após este esclarecimento deu por encerrado o assunto.--------

2-Aprovação de Atas;----------

Não existem Atas para aprovação.----------

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou-se ao ponto seguinte:----------

3-Informação sobre Expediente e Requerimentos;----------

Neste ponto, o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que queria prestar uma informação, como já é habitual, sobre a última Assembleia Intermunicipal, ocorrida no dia anterior, e recapitulando, informou que a Comunidade Intermunicipal do Algarve, conhecida por AMAL, tem dois órgãos, de acordo com a Lei de 2013, tem o órgão executivo que é o chamado Conselho, e o Presidente da AMAL normalmente é o Presidente do Conselho, e há o Presidente da Assembleia Intermunicipal, portanto há dois órgãos, e a Assembleia Intermunicipal tem duas Reuniões Ordinárias por ano, pode fazer mais mas a Lei obriga a fazer duas, uma para aprovar o Plano de Atividades da AMAL, e a outra para aprovar as Contas da AMAL, e esta última Reunião, foi a que devia ter sido em Abril, e para além do ponto central que foram as Contas da AMAL, foram aprovadas duas Moções, uma da CDU sobre Serviço Nacional de Saúde, pedindo um reforço do SNS e outras considerações que levantaram alguma discussão, como a relação entre o setor público e o setor privado, que foi aprovada com 3 abstenções, e outra Moção, apresentada pelo BE, sobre a necessidade de regulamentar o subsidio de insalubridade, penosidade e risco, que não está regulamentado há muitos anos, o que significa que do ponto de vista legal, os Funcionários que recolhem o lixo e outras matérias mais perigosas, têm um problema de regulamentação, e como tal, havia um apelo para resolver esta situação. Disse que nesta Reunião, também houve intervenções politicas dos vários Partidos, relativamente à questão do Hospital Central, assunto que também já veio a esta Assembleia, uma Moção que foi aprovada por unanimidade, sobre a necessidade de avançarmos com o Hospital Central, também sobre a questão das Regiões Administrativas, em que também há uma posição dos 16 Presidentes das Assembleias Municipais do Algarve, e do apoio à criação das Regiões Administrativas, e finalmente dois pontos, o dos Transportes Interurbanos que passou para a responsabilidade da AMAL, e do financiamento que tem sido feito através dos Municípios neste período, caso contrário não teria havido Transportes, e o outro, o financiamento que os Municípios também têm feito às chamadas Brigadas Florestais, para a prevenção dos fogos florestais.----

Terminado este ponto, passou-se de imediato ao ponto seguinte:----------
---

4-Período de Antes da Ordem do Dia;----------

Pediu a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, que começou a sua intervenção falando das questões que se prendem com o Urbanismo, dizendo que este assunto é demasiadamente importante, e que o preocupa, quer como cidadão, quer como empresário, e o futuro e a qualidade de vida dos cidadãos, dependem das condições que o Município consiga melhorar, implementando estratégias de transparência e de celeridade na solução das necessidades dos cidadãos e de quem procura os Serviços Camarários, e sobre questões concretas, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que há Funcionários nas Escolas, em situação precária, que estão a Recibos Verdes, ou em situação semelhante, e questionou se existe alguma situação prevista, num futuro breve, para assegurar a inserção destes Funcionários na Carreira da Função Pública, porque esta situação arrasta-se há vários anos, e a situação precária atual destes Funcionários, não interessa nem à Câmara Municipal, nem aos próprios. Abordou também o assunto das Licença Especiais de Ruido (LER's), perguntando ao Executivo, se tem previstas LER's para a atividade económica correspondente, nomeadamente, na área da restauração e de serviço de bebidas. Também falou do Porto de Pesca, dizendo que os Pescadores continuam a solicitar casas de banho, pois o Porto de Pesca, continua a não ter casas de banho dirigidas aos Profissionais da Pesca, apesar de ter lá algumas instalações sanitárias que estão sujeita a pedido de chave de acesso, e que fora de horas não funcionam.----------
---

Usou da palavra o Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, que começou a sua intervenção falando desta pandemia, que tem causado imensos problemas de saúde às pessoas, quer a nível psíquico, quer a nível físico, no entanto, ficou a saber através do Deputado Municipal Socialista, Hugo Nunes, que descobriu uma vacina eficaz, ao deduzir que o problema se deve ao uso excessivo das máscaras de proteção, que prejudicam a oxigenação do cérebro, causando problemas ao nível de raciocínio, afetando particularmente os Deputados Municipais da Oposição, e até de alguns mais liberais do PS, como é o caso do Senhor Deputado Calçada Correia, pela posição assumida em relação à mudança de uso de um Armazém, para uma Escola, para crianças dos 3 aos 10 anos, onde o recreio dessa Escola, está noutro lote anexo, de outro proprietário (isto no seu entender, é totalmente ilegal), e esta situação, não afetou os outros membros do PS, que andam bem oxigenados, como tal, recomendou ao Executivo, a distribuição de máscaras anti oxigenação, idênticas às usadas pelos Senhores Deputados Municipais do PS. Referiu, que na última Sessão da Assembleia, foram proferidas

afirmações por um cidadão, Arquiteto, de profissão, que hoje voltou outra vez, com mais afirmações e insinuações, sobre o funcionamento do Serviço do Urbanismo, nomeadamente na conduta censurável da sua Chefia, e um Deputado Municipal do PSD, também fez insinuações muito graves acerca de um Vereador, que alterava a posição dos projetos, para os beneficiar, prejudicando outros, perante tais factos, apelou ao Senhor Presidente da Câmara, para a abertura, com a maior brevidade possível, de um inquérito interno, para apuramento da verdade, tanto mais que a Vereação é constituída por 8 Vereadores, deduzindo que não será nenhum da Oposição, e que estará em causa, o bom nome, dos restantes Vereadores. Lembrou, que já há algum tempo, o Bloco de Esquerda fez um Requerimento, ao qual não teve resposta, entre tantos outros, em que solicitou, que fosse fornecida a Lista das Escolas e equipamentos municipais, com cobertura em amianto, e hoje teve conhecimento, que a Câmara decidiu avançar com a substituição das coberturas das Escolas, perguntando ao Executivo, em relação aos equipamentos municipais para quando está prevista essa substituição? Sobre a obra de requalificação da Praça do Calçadão, em frente à GNR, disse que este é mais um caso que devia ser investigado (o processo de concurso, o projeto, e a adjudicação), porque para quem não sabe, naquele espaço, foi demolido um Jardim com um Parque Infantil, foram arrancados centenas de metros quadrados de calçada, que de facto necessitavam de alguns melhoramentos, mas foi decidido pela Câmara, construir um novo espaço verde naquele local, sem acrescentar nenhuma mais valia àquela zona, com mais prejuízo para o ambiente, com elevados custos, e consumos de água para rega, mas que um dos motivos graves, é que esta obra, foi adjudicada por 600.000 euros, e para que haja um termo de comparação, disse que a obra de repavimentação da Avenida, foi adjudicada por 184.000 euros, e que o Bloco de Esquerda, não vê que esta obra seja prioritária para Quarteira, e lá por a Câmara Municipal ter muito dinheiro, não pode esbanjar assim o dinheiro, a não ser que seja para deixar uma marca. Outra questão que achou importante colocar, foi a de que, importa a esta Assembleia saber, quais as competências de intervenção do Município, ou da Inframoura E.M., na área da Marina de Vilamoura, dizendo que esta questão foi colocada ao Senhor Vice-Presidente, que informou que iria averiguar, mas passado um mês, gostaria de saber as respostas, em primeiro lugar, quem é que afinal gere as receitas das esplanadas naquela área, em segundo lugar, se a Autarquia não tem competências nas receitas, também não o pode ter nas despesas, daí ter sido questionado, porque motivo é que a Câmara Municipal de Loulé, paga a iluminação pública da Marina de Vilamoura? E em terceiro lugar, quanto é que isso custa ao Erário Público?----------
---

Usou da palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que começou a sua intervenção dizendo, que há cerca de um mês faleceu um cidadão deste Concelho, que os mais novos não se lembram dele porque não o conheceram, mas a maior parte dos presentes nesta Sessão conheceram certamente, pois era um homem que participava e participou a todos os níveis do poder autárquico, foi eleito na primeira eleição democrática pelo PSD, como Vereador do Executivo liderado pelo Senhor Andrade de Sousa, foi mais vezes eleito como Deputado Municipal em vários mandatos, e também como Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, por várias vezes, referindo-se ao Senhor José Cardoso Coelho, era um homem que ouvia e resolvia os problemas dos munícipes, e nunca desistiu, esteve sempre disponível quando haviam dificuldades, e deu a maior parte da sua vida a este Concelho, e à sua Freguesia, pelo que no seu entender, é justo a atribuição de uma Rua em Boliqueime, com o seu nome, deixando esta proposta ao Executivo e à Assembleia Municipal. Quis abordar também o assunto do Cemitério de Boliqueime, que foi discutido na última Sessão desta Assembleia, assunto que foi falado de uma forma, que deu a entender, que a obra que foi feita no Cemitério, foi inacabada, o que não corresponde à realidade, porque de facto quando foi decidido que era necessário fazer um melhoramento, e também a ampliação do Cemitério, tudo o que o PSD fez durante os três mandatos em que esteve no poder, dos quais foi responsável, foi tentar sempre dar resposta, da melhor forma, às necessidades das populações, e a melhor forma em termos ambientais, que hoje se fala muito, no ambiente e na preservação do ambiente, apesar de este é um assunto que não nasceu agora, mas sim há algum tempo, e felizmente que tem evoluído, e cada vez mais, com um maior grau de exigência, e na altura apresentaram a proposta da decomposição Nairobi, e chegaram à conclusão que em termos ambientais, em termos de saúde pública, e de higiene, era importante a sua implementação, e assim o fizeram, só que na altura a Lei obrigava a que fossem instalados também queimadores, e foi o que se fez, e só não foi lá colocado o gás, porque a perspetiva de levantamento da utilização destes queimadores, era de passados 5 anos da sua inauguração, e durante este período de 5 anos, muita legislação se alterou e o seu Executivo resolveu aguardar, para que quando chegasse a altura o pudesse fazer de acordo com a legislação em vigor, e à semelhança do que foi feito em Boliqueime, foi também feito o mesmo em Almancil, e em Salir, e isto há 10 anos atrás, querendo com isto dizer, que os Executivos do PSD a que presidiu, se importaram sempre com o ambiente, tiveram sempre uma preocupação com o desenvolvimento do Concelho, e em dar resposta às populações, e é com uma certa mágoa que ouve os atuais dirigentes darem a ideia, de que tudo isto nasceu com eles, esquecendo-se de que quando daqui saírem, vão ser confrontados com a realidade.----------
---

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, dizendo que vinha tentar ajudar a esclarecer a interpretação que o Senhor Deputado Carlos Martins (BE) fez, de uma tentativa sua de fazer algum humor no final de uma Sessão muito prolongada, e essa sua tentativa, parece não ter surtido efeito, pelo menos ao Senhor Deputado do BE, no entanto, queria dizer-lhe, que parece estar mesmo provado, que partir de um número de horas com a utilização de máscaras, de facto tem impactos naquilo que é o nosso estado de saúde, e esclareceu, que a sua afirmação não foi por nenhuma das questões referidas pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), nomeadamente a questão da alteração de uso de um lote da área empresarial de Loulé, e só veio a esta Assembleia, porque na área empresarial de Loulé, há um conjunto de loteamentos, e aquele, sendo um de iniciativa municipal, era necessário que aqui viesse, para que tivéssemos conhecimento da situação, mas não a alteração de uso de um armazém para uma escola, e da leitura que fez dos documentos, o que houve, foi uma alteração de uso, de um lote que era na área de armazém, para uma utilização similar à industrial, para uma ocupação e utilização de serviços, o que aliás, também já aconteceu com muitos daqueles armazéns ocupados naquela zona, e que não fossem essas alterações de uso, a maior parte daqueles armazéns não estavam hoje ocupados, porque foram concebidos numa altura em que aquilo que eram as exigências de alguma utilização industrial e da economia que potenciava, eram totalmente diferentes das de hoje, e eram também totalmente diferentes, da forma como a nossa economia hoje funciona, porque esta não foi a única alteração de uso, têm sido feitas muitas, e se não tivessem sido feitas, dificilmente alguns daqueles negócios se poderiam lá instalar. Referiu também, uma das intervenções feitas pelo Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), em que falou de um autarca deste Município, que exerceu várias funções, e sobre esta intervenção disse que o Grupo Municipal do PS, aliás na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Boliqueime, apresentou aqui uma Moção a reconhecer exatamente o contributo dado pelo autarca, e sobre a pessoa que era, não sabendo no entanto, se o seu topónimo deve ser a medida tomada ou não.----------

---

Seguidamente foi dada a palavra à Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, dizendo que, perante a gravidade das acusações proferidas nesta Sessão e na última, documentadas, relativamente ao Departamento do Urbanismo, e uma vez que o Senhor Presidente ainda não se prenunciou, questionou se tinha ou não conhecimento dos factos aqui apresentados? Que medidas tomou, ou vai tomar? E se irá diligenciar, ou não, uma abertura de inquérito? E se perante a gravidade das acusações, considera que o Chefe de Divisão, Arquiteto Carlos Neves, nomeado e escolhido por si, continua a reunir as condições para exercer funções? Também sobre os esclarecimentos feitos pela Senhora Vereadora Heloísa

Madeira, na Sessão passada, sobre a situação da cidade lacustre, quis deixar uma nota, pedindo respeito por esta Assembleia, para que não volte a colocar em causa os conhecimentos profissionais, seja de que Deputado for. Disse ainda, que o PSD, não tem como que confirmar se é ou não devida, a indemnização, pois não têm na sua posse os contratos, os acordos, tudo o que foi estabelecido, porque um advogado necessita da documentação, para analisar a eventual existência de indemnização, ou não, mas relembrou a Senhora Vereadora, que não está nesta Assembleia na condição de advogada, está, e estão todos, como Deputados, e é esta a tarefa dos Deputados, entre outras, de fiscalizar este Executivo, e a tarefa deste Executivo, é a de esclarecer as dúvidas, e indicar se há ou não, lugar a indemnização, sem juízos de valor, ou considerações profissionais sobre os Senhores Deputados, pois a informação que foi dada, é que iriam existir direitos a indemnização, no decorrer do cancelamento deste projeto, se não há, e se há certezas e garantias, a Senhora Vereadora só teria que o indicar, de forma séria e objetiva, de que não há, é isso que se espera do exercício de uma atividade politica séria. Dirigiu-se ainda ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que em resposta ao que disse na última Sessão, pedindo que estivesse mais atento ao que é dito, pois a Bancada do PSD foi muito clara, defende o ambiente, e preocupa-se com as questões ambientais, o que julga, é que podiam ter sido feitos mais esforços, do que aqueles que o Executivo alega ter feito, para que os promotores cumprissem as exigências ambientais, repetindo, cumprissem as exigências ambientais, pois é uma luta de todos, e se calhar até mais do PSD, que nunca perdeu, e que nunca deixou de se candidatar à Bandeira Eco XXI.----------

---

Pediu a palavra o Senhor **Presidente da Junta de Freguesia de Alte, António Martins**, dizendo que lhe custa ouvir uma Deputada tão jovem, como a Deputada do PSD, Bárbara Correia, a defender o ambiente nos termos que o tem feito, que se este Executivo tivesse seguido a defesa do ambiente do PSD, neste momento estariam aprovados mais, quase 2000 fogos de habitação em Vilamoura, em que 800 seriam de Alojamento Local, e pelas suas contas, o número aproxima-se muito dos 2000 fogos, o que na sua opinião, não iria valorizar o espaço de Vilamoura, pois o espaço de Vilamoura, vale pela qualidade da sua construção, pela baixa densidade, pela natureza que o envolve, a natureza em Vilamoura valoriza o património, e fazer lagos artificiais, construir mais casas, aumentar a densidade de construção, até em termos económicos, é um erro descomunal, e se tivéssemos seguido a politica ambiental do PSD, o projeto da Quinta do Freixo, não precisava de um estudo de impacto ambiental, e foi aqui pedido publicamente, que a Câmara Municipal interviesse, para o dispensarem do estudo de impacto ambiental, e se tivéssemos seguido a politica ambiental do PSD, na zona do

Parque de Campismo, haveriam mais 499 fogos de habitação, e lembrou a imoral chantagem, de uma carta que foi entregue a todos os Deputados desta Assembleia, por uma Empresa Privada, a insinuar que seriamos todos responsabilizados judicialmente, por uma questão que não tinha nada a ver com aquilo que lá estava, como tal, foi uma chantagem imoral, que o PSD apoiou, questionando se era esta a politica de defesa do ambiente do PSD, e chamou a atenção a todos, para que pensassem bem sobre o que é que queremos do nosso planeta, porque senão, não aprendemos nada com o COVID-19, porque uma das consequências das alterações climáticas, é o aparecimento de novas pandemias, não aprendemos nada com a destruição de vários pontos do nosso litoral, e não só, não aprendemos nada com a melomania de determinados empreendimentos que se tornaram elefantes brancos, e se calhar como já disse o nosso Presidente da Câmara, está na altura de criarmos uma nova mentalidade, de encararmos a economia e o ambiente, em simbiose, e não em contradição, e de ensinarmos melhor os nossos jovens, porque parece-lhe que a Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), que cresceu já numa Escola e numa educação, em que as questões ecológicas, foram muito postas, e são muito discutidas, mas que aparentemente não percebeu.----------

---

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, evocando o direito de resposta, dizendo que gostava de clarificar umas afirmações que foram feitas, e que do seu ponto de vista, não correspondem minimamente à realidade, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte, que o projeto do Parque de Campismo de Quarteira, era da responsabilidade do PS, foi aprovado no tempo do Presidente Socialista, Joaquim Vairinhos, dentro do perímetro urbano de Quarteira, e o PSD, única e exclusivamente, teve que dar cumprimento a um Plano que já tinha sido aprovado, e com grandes limitações, e com grande discussão, em termos ambientais, para aquela zona, portanto o PSD não teve responsabilidade naquilo, e na altura, o PSD ficou surpreendido, como é que o perímetro urbano de Quarteira apanhava o Parque de Campismo de Quarteira. Em relação à Quinta do Freixo, clarificou que, o que os Promotores e o que alguns Técnicos, inclusivamente a maioria, põem em questão, relativamente ao estudo de impacto ambiental, é que o estudo de impacto ambiental que era exigido à Quinta do Freixo, não era só para a Quinta do Freixo, era muito mais extenso, apanhava praticamente toda a zona do Barrocal Algarvio do Concelho de Loulé, e os Promotores acharam que era um exagero estarem a exigir-lhes tanto, porque no seu entender, também achava que era necessário um estudo de impacto ambiental, mas também pensa, que não podiam obrigar os Promotores a fazer um estudo de impacto ambiental para uma zona muito maior, do que aquela que era o terreno deles, e ainda sobre a questão das pandemias, disse que se

reservava ao direito de responder, para depois da apresentação que iria ser feita pela Câmara, sobre o COVID-19.----------

---

Pediu também a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, evocando o direito de resposta, dizendo que também lhe cumpre esclarecer, ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte, que ao projeto da Quinta do Freixo, foi pedido um estudo de impacto ambiental, para toda a área do terreno da Quinta do Freixo, quando só era para urbanizar um décimo da área do terreno, o que era inconcebível, e obviamente que isso inviabilizou o projeto, um projeto que certamente traria para o Município de Loulé, valor acrescentado, traria emprego e traria economia, e o que o PSD pedia, é que este Executivo Socialista, pudesse junto do Governo Socialista, verificar qual a possibilidade de se pedir um estudo de impacto ambiental, apenas para a área a urbanizar, na para a área total da Quinta do Freixo, e vem agora o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alte, deturpar as palavras, deturpar as ideias, e mentir, e isso é feio, muito feio, porque tem que interpretar, aquilo que é dito de forma clara, e transparente, não pode omitir, nem deturpar, as ideias do PSD.----------

---

Seguidamente usou da palavra o Senhor **Deputado Abel Matinhos (PS)**, que disse ter visto e ouvido com atenção as intervenções anteriores, e sobre o assunto do Senhor Arquiteto Carlos Neves, disse que não o conhece, nunca trabalhou com ele, por isso estava à vontade para falar sobre o assunto, e daquilo que percebeu da intervenção da Senhora Vereadora, na última Sessão da Assembleia, foi de que, será aberto um inquérito, e que caso houver fundamentos, se tomará as medidas necessárias, mas, também conseguiu entender, não se pode, nem se deve, fazer julgamentos sem fundamentos, não podemos julgar uma pessoa, muito menos numa Assembleia Municipal, sem termos a certeza daquilo que se passou, ou não, daí achar, que a Senhora Vereadora está a agir de acordo com as Leis. Sobre o que disse a Senhora Deputada Bárbara Correia (PSD), disse que, ou a Senhora Deputada desconhece as funções do Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente, de nomear, ou então não sabe, aquilo que aprovou na Sessão anterior, na Proposta n.º 25/2020, uma deliberação para a aprovação da composição e designação de júri de procedimentos concursais para recrutamento do Chefe de Divisão de Coesão e Inovação Social, tal como foi, também a concurso do Chefe de Divisão do Urbanismo, os Chefes de Divisão, tais como os Chefes de Unidades Operacionais, e outros, não são nomeações do Senhor Presidente da Câmara, ou dos Senhores Vereadores, como tal, pediu que haja um pouco de razão, e quando se fala, haja um pouco de noção de como é o funcionamento mínimo das coisas.----------

---

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado Independente, Fernando Santos**, dizendo que não compreende o que é que se passa agora, com a lavagem de imagem do PS, porque o PS deu todo o apoio ao Presidente Seruca Emídio, para a aprovação da Quinta do Freixo, e lembra-se perfeitamente, ter detetado numa carta do ICN (Instituto de Conservação da Natureza), e ter chamado à atenção do Presidente da Câmara, porque mais uma vez os Serviços Camarários do Urbanismo, funcionavam tão bem como funcionam hoje, que o Promotor pedia 1.700 camas, e o ICN autoriza apena 20 camas, na altura o PS apoiou e disse para a Câmara Municipal apoiar esse investimento, mas agora dizem o contrário, e sobre o caso de Vilamoura, então é que o caso é mais crasso, quem é que negociou a 2.ª Fase do Programa de Vilamoura? Foram os Presidente Joaquim Vairinhos (PS) e Vítor Aleixo (PS), este último que assinou os contratos, acordos, mas estão todos esquecidos, por isso é que é necessário lavar agora as coisas, e gostava que as pessoas se lembrassem destes factos, antes de virem para aqui dizer o contrário, porque o que está a acontecer, é que agora o PS está a mudar de opinião, e têm esse direito de mudar de opinião, não têm é o direito de vir para a Assembleia, atirar as culpas para o lado (PSD).----------
---

Seguidamente usou da palavra o Senhor **Deputado Hugo Nunes (PS)**, dizendo que há questões na politica que geram divisões, mas há questões que se as trouxermos para o campo politico, duvida que gerem divisões, e uma dessas, é a suspeita de conduta errada, inadequada, por parte de Funcionários Públicos, das intervenções que foram feitas na última Sessão, e das que já houve hoje, parece-lhe óbvio, que relativamente às dúvidas, ou às questões que foram levantadas sobre o funcionamento de um determinado Serviço Camarário, não há aqui divisões, há aqui uma informação muito clara, e o Executivo Municipal a dizer, que o assunto está reportado, já comunicado às Entidades que têm o dever e a competência de investigar, e serão elas que terão que fazer esse trabalho, e não tem dúvidas, de que, quaisquer dos Partidos desta Assembleia Municipal, se tivessem a responsabilidade de gerir a Câmara Municipal, fariam exatamente a mesma coisa, e isto, parece-lhe que é o ponto em que esta questão deve estar, porque não quer conceber, que está aqui um Partido Politico, a querer transformar, aquilo que é uma questão de investigação, e para ser tratado do ponto de vista judicial, que seja uma questão para arma de arremesso politico, porque há uma coisa que é certa, a investigação decorrerá e apurará o que houver para apurar, o resto só serve para andarmos aqui a ofendermo-nos uns aos outros, e quer crer que esse não é o posicionamento das pessoas que estão nesta Assembleia, nem aquilo que estas intervenções que aqui foram feitas, pretendem.----------
---

Não havendo mais inscrições dos Senhores Deputados, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao Executivo Municipal para fazer os esclarecimentos que entender necessários.----------

---

Usou da palavra o Senhor **Vereador Carlos Carmo**, começando por responder às observações feitas pelo Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), e sobre o assunto do Cemitério de Boliqueime, disse que a Câmara estava a aprovar uma verba para complementar e executar um conjunto de equipamentos que estavam em falta, de melhoramento e acabamento, relativamente a uma empreitada que tinha sido anteriormente executada. Respondendo ao Senhor Deputado João Guerreiro (PSD), sobre as Licenças Especiais de Ruido, disse que a Câmara iria cumprir a Lei, e aquilo que o Governo acaba de anunciar, é que vai manter para o resto do País, fora da área metropolitana de Lisboa, tudo o que foi estabelecido em termos de horários, lotações, como tal, para estabelecimentos de restauração, e sempre que houver dúvidas, os Serviços Municipais estão instruídos, para solicitarem aos Requerentes, um Parecer da Direção Geral de Saúde, para a realização de qualquer iniciativa que possa pôr em causa o ajuntamento de mais de 20 pessoas, e que possam ser um perigo para a saúde pública.----------

---

De seguida usou da palavra a Senhora **Vereadora Heloísa Madeira**, dizendo que para esclarecer os mais distraídos, que de facto o PDM (Plano Diretor Municipal) é de 1995, o Plano de Urbanização de Vilamoura é 1999, e a visão que havia para o Mundo, para o nosso território, mudou muito, e temos aprendido lições de vida, porque de facto não há Planeta B, e o que o Grupo Municipal do PSD tem aqui demonstrado, é que acha que a visão que esteve na base do PDM de 1995, e que esteve na base do Plano de Urbanização de Vilamoura de 1999, mantem-se em vigor, e que deve ser aprovada como na data foi pensada, o que é um erro maior, se o Executivo fosse conivente com esta visão, não se tinham adotado Medidas Preventivas na Lagoa do Almargem, foram essas Medidas que evitaram que ali se fizesse um erro muito grande, porque aquele território não aguenta a densidade urbanística que está prevista no PDM, e que é um PDM que já devia ter sido revisto há 15 anos, as alterações legislativas sucessivas que têm sido feitas, têm arrastado este processo de revisão, mas entretanto há medidas que têm que ser tomadas, tal como as Medidas Preventivas tomadas no Mercado da Fruta, em Quarteira, são essenciais, para preservar o que ainda nos resta do território do nosso Município. Referiu também que, dizer-se que os estudos de impacto ambiental, só se devem cingir exatamente à área de intervenção dos projetos, é não perceber o que é um estudo de avaliação de impacto ambiental, e achar que o impacto de algum projeto, só se reflete, exatamente na zona onde ele incide, o

que não é verdade, e todos sabemos disso, sobretudo em zonas sensíveis, como a zona onde se iria localizar o projeto da Quinta do Freixo, que é uma zona de rede natura, altamente sensível, logo, os impactos iam ser brutais, e não é só na zona onde a construção ia incidir, era em todo o ecossistema que se desenvolve em toda a área envolvente, e se os Senhores Deputados do PSD não perceberem isto, e não perceberem que salvaguardar este território, a economia deste Concelho, é não perceberem como é que o Mundo funciona, no dia de hoje.---------
---

Seguidamente, usou da palavra o Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, começando por falar, dos Funcionários que estão em regime de Prestação de Serviços, nas Escolas, que têm concorrido, nos vários concursos que a Câmara tem aberto, para preencher lugares nas Escolas, e que vão lugar a essas pessoas, de poderem propor-se, concorrer, e ficarem numa situação profissional mais estável e segura para as pessoas, porque é isso que este Executivo defende, e não a precariedade no trabalho, e em concordância com isso foram abertos vários concursos. Sobre o assunto do Porto de Pesca, referido pelo Senhor Deputado João Guerreiro (PSD), disse que tudo o que se faz dentro daquelas instalações, é da responsabilidade da Doca Pesca, não nega que o Presidente de Câmara tem influência politica, e que deve fazer as suas diligências, e foi o que fez, inúmeras diligências, e tanto quanto sabe, oportunamente, a Doca Pesca irá regularizar uma serie de ineficiências, situações de mau funcionamento, para que o Porto de Pesca melhore, para que a atividade dos Pescadores, que têm um trabalho muito duro, possa ser dignificada, e quer o sistema de combate a incêndios, quer melhores condições sanitárias, irão estar na primeira linha de intervenção que a Doca Pesca irá fazer. No que dependeu da Câmara, muito recentemente, foi inaugurada uma Estação Salva-Vidas em Quarteira, e também está no Porto de Pesca, a Policia Marítima, que também é uma grande ajuda para a comunidade piscatória e também lá está a Delegação Marítima de Quarteira. Quanto ao que foi dito pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), disse que a intervenção que foi feita em Quarteira, em frente ao Posto da GNR, tem o processo disponível, para quem o quiser consultar o concurso público, o processo não esconde nada, tal como todos os processos da Câmara Municipal de Loulé, que cumprem a Lei, e em relação a este processo de obras, como em relação aos restantes, está perfeitamente tranquilo, e se este projeto foi tão caro, foi porque foi numa altura difícil, em que as empresas não existiam, em que os preços dispararam, portanto não há nada de estranho neste processo. Respondendo às questões levantadas pelo Senhor Deputado Seruca Emídio do PSD, e pela Deputada Bárbara Correia do PSD, sobre o facto de a Câmara não ter cumprido, ou não ter sido suficientemente exigente com os Investidores de Vilamoura, para que fossem cumpridas as exigências ambientais, referiu que a Câmara na verdade foi

exigente, dentro daquilo que era o Alvará, que começou com a Cidade Lacustre, e a grande aprovação, aquela que condicionou o desenvolvimento do projeto, e aquela que do ponto de vista ambiental, era a mais intrusiva, a mais agressiva para o ambiente, foram precisamente os Lagos, e os Lagos foram desenvolvidos no tempo em que o PSD teve responsabilidades na Câmara Municipal de Loulé, foi nessa altura que os Lagos foram aprovados, depois ao PS, sujeitaram o loteamento, mas o PS não deu continuidade a isso, e o PS através de inúmeras reuniões, pediu ao Investidor que cumprisse com determinadas regras e normas, ao que o Investidor não correspondeu, e não cumpriu com o que estava escrito e que era obrigado a cumprir, para poder ter uma aprovação final da Cidade Lacustre, e aí mudou tudo, e a Câmara já fez ver ao Investidor que a filosofia tem que ser outra, porque o Mundo mudou muito, porque os direitos que foram anteriormente dados em abstrato daquela área toda de Vilamoura, hoje foram ultrapassados por valores assentes numa economia, que para ser sustentável tem que desenvolver-se pelo respeito dos valores ambientais, e queremos o melhor para o nosso território, e não podem ser aprovadas mega construções, não podem ser aprovados 250.000m2 de construção de ânimo leve, o que se podia aceitar em 1999 ou no ano de 2000, hoje é perfeitamente inaceitável, e o PSD, ultimamente pelas posições assumidas ultimamente nesta Assembleia Municipal, apesar de dizer que estão sensíveis às questões ambientais, demonstram que de facto não estão, em diversos casos, dando o exemplo do caso da Ribeira do Almargem, em que quiseram condicionar as Medidas Preventivas propostas pelo Executivo, para impedir a construção de 499 fogos de habitação, que felizmente acabaram por ser aprovadas por maioria, e se de facto o PSD, diz que defende a qualidade do nosso destino turístico, não é o que parece, como aconteceu com o Mercado das 4.ªs feiras, em Quarteira, porque se não fossem também tomadas Medidas Preventivas, iriamos ter ali mais 5 ou 6 Blocos de fogos habitações, e o que este Executivo quer para ali, é um espaço com jardim, e com estacionamento subterrâneo para automóveis, não quer mais construções, porque temos que cuidar da qualidade de vida e da qualidade urbana das nossas cidades, e o PSD, mais uma vez coloca-se ao lado dos interesses imobiliários, mas o PS não, e o Investidor de Vilamoura, vai mudar completamente de filosofia no projeto de Vilamoura, e vai reduzir em cerca de 2 terços a área que vai construir, porque o PS teve a coragem de indeferir o projeto inicial, para preservar a qualidade da cidade de Vilamoura, e da cidade de Quarteira, e de todas as cidades em geral. Por fim, disse que gostaria de falar do urbanismo, e referiu que no seu entender estão a tentar criar factos, e não é por virem pessoas à Assembleia Municipal com um rol de queixas, tem que haver respeito por quem trabalha, e a pessoa visada, não foi nomeada por si, ocupa um cargo de Chefia porque foi escolhido por um Júri, através de um Concurso, mas a pessoa em causa tem a sua confiança, e

se houver na conclusão do inquérito, alguma questão a apontar, então aí a Câmara tomará as medidas que se tiverem de impor, mas agora julgar uma pessoa sumariamente, com base em coisas que se dizem, sem qualquer prova ou fundamento apurado por Entidade competente, não é correto, como tal, iremos aguardar que a Ordem dos Arquitetos que está a fazer o inquérito chegue às suas conclusões, e depois a Câmara fará o que tiver que fazer, porque quando existem coisas concretas, com consistência, é o primeiro a avisar as Autoridades para investigarem, já o fez uma vez, porque enquanto for Presidente da Câmara, zelará sempre pela transparência e pela honradez do trabalho daqueles que trabalham na Câmara Municipal de Loulé.----------

---

Em defesa da honra, pediu a palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, dizendo que nunca colocou em causa a honra e a seriedade do Senhor Presidente da Câmara, Vítor Aleixo, mas reconhece que tem uma vantagem em relação ao Senhor Presidente da Câmara, é que esteve 12 anos na Câmara Municipal de Loulé, como Presidente, e nunca foi acusado em Tribunal, nem suspeito de nada, e o Senhor Presidente Vítor Aleixo (PS), está no exercício das funções e devia ter mais cautela daquilo que afirma, e quando ao facto de dizer que está ao lado dos interesses imobiliários durante os 12 anos, é uma acusação que não tem fundamento, referindo que foi aqui acusado, de que quando foi Presidente da Câmara pelo PSD, autorizou a construção de inúmeros fogos de habitação em Vilamoura, e outros, mas quem os aprovou foi o PS, como aqui foi provado, foi no tempo do Senhor Presidente Joaquim Vairinhos (PS), no tempo do PDM, que foi aprovado o Plano de Vilamoura, e vem a Senhora Vereadora Heloísa Madeira, do Pelouro, que também já foi seu, com a sua superioridade intelectual, que pensa que tem, dizer que só ela é que defende os interesses, pois se tivesse no lugar da Senhora Vereadora, também faria o que a Senhora Vereadora fez, porque há 15 anos atrás, quando este assunto foi discutido com os Promotores, o PSD negociou uma redução substancial da área de construção, e relativamente ao terreno da Feira das 4.ªs feiras, em que foi negociado com o Promotor, a construção de um Parque de Estacionamento, de um Centro Cultural, e também construção, naquela altura foi um ótimo negócio, mas que hoje poderá não estar atualizado e ajustado, mas se a Câmara, efetivamente, nesta área como nas outras, tem tanta vontade de fazer algo ali, então que compre os terrenos aos proprietários, porque esses terrenos têm donos, são privados, não são da Câmara, e esta é efetivamente uma das diferenças que o separa do Senhor Presidente Vítor Aleixo.----------

---

De seguida o Senhor **Presidente da Assembleia**, fez uma solicitação ao Senhor Presidente da Câmara, sobre uma questão falada nesta Sessão, porque há que

evitar que a Assembleia Municipal, seja um julgamento de pessoas, porque não o é, não tem esse poder, mas como é uma das suas obrigações, e já que a Mesa recebeu aquela solicitação ou exposição, feita na última Sessão do dia 23 de Junho de 2020, pelo Senhor Arquiteto João Ferreira, e porque esteve a estudar o processo que foi entregue à Mesa pelo mesmo, julga, salvo melhor opinião, que há duas questões distintas, e que rapidamente se deviam esclarecer, uma que decorre na Ordem dos Arquitetos e que tem a ver com questões de ética, por causa de cópia, plágio, etc., mas há outra, que julga que há todo o interesse em que fique esclarecida, que é a de dualidade de critérios, e para a qual não tem competência para dizer se é verdade ou não, mas esta questão, é a que lhe parece que é uma matéria que compete à Câmara verificar se existe esta dualidade de critérios, no que diz respeito às decisões sobre os vários projetos que são submetidos a decisão da Câmara, e como foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara, que esperava pela decisão do Inquérito da Ordem dos Arquitetos, que está em curso, mas essa questão tem a ver com um conflito entre Arquitetos, mas a questão da dualidade de critérios, é que nos pode levantar problemas, e para simplificar, significa que alguém vem à Câmara e é atendido ou despachado de uma maneira, e outro cidadão vem à Câmara e é despachado de outra maneira, e isto é um assunto que está referido naquela exposição/documentação entregue pelo Senhor Arquiteto João Ferreira, que mal ou bem, verdade ou mentira, deveria ser esclarecido, até porque o Município tem todo o interesse, por ele próprio, de esclarecer o assunto, e deverá chegar-se a uma conclusão para encerrar este assunto, não se deve é esperar por aquilo que a Ordem dos Arquitetos vai dizer ou fazer, porque não tem nada a ver com isto. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse que não pode deixar de testemunhar situações que na qualidade de Deputado Municipal, tem que dar seguimento, é que de facto, tem sido voz corrente, e por isso é que no seu entender, estes Inquéritos são necessários, para se acabar com este assunto de uma vez, de que há cidadãos que se dirigem à Câmara Municipal, é que os documentos são assinados pelo Técnico tal e são aprovados, mas noutros causos de outros cidadãos, como os documentos são assinados por outro Técnico não são aprovados, e isto é grave, e é esta informação que no documento entregue pelo Senhor Arquiteto João Ferreira, pretende insinuar e dizer, e para o interesse de todos, porque este é um assunto de voz corrente, pois já ouviu vários cidadãos referirem o mesmo, e havendo agora documentação entregue, devia de haver a oportunidade de acabarmos de vez com este assunto, e quando se demora muito muito tempo a decidir, os boatos aumentam e cada vez é pior, e é nesse sentido positivo, sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara, que a documentação entregue com um caso concreto e objetivo, fosse feita uma investigação pela Câmara, para deixarmos de ter situações e insinuações destas, sobre os Serviços da Câmara.

Respondeu também ao Senhor Deputado Carlos Costa (PS), que entretanto questionou o Senhor Presidente da Assembleia, se estava a falar na qualidade de Deputado Municipal ou de Presidente da Mesa, ao que disse, que estava a falar na qualidade de Presidente da Mesa, porque a documentação foi entregue à Mesa da Assembleia, e como não é um Mestre de Cerimónias e um Distribuidor de papéis, e para o bom nome do Município, tem que verificar e dar seguimento à documentação, porque já nesta Sessão apareceram mais insinuações, e se já há um inquérito preliminar da Câmara onde se chegou a conclusões, nada mais simples, do que entregar a esta Assembleia esse resultado do inquérito preliminar e está o problema resolvido. E dirigindo-se novamente ao Senhor Presidente da Câmara, disse que já não fazia mais, do que aquilo que entende que deve fazer, porque não é nesta Assembleia uma caixa de correio, quando os documentos são entregues à Mesa, a Mesa tem responsabilidades nesta matéria, assim como a Assembleia, e os mesmos remetidos à Câmara, e a celeridade com que resolvem estes problemas é sempre um bom contributo para acabar com este tipo de insinuações, porque todos sabemos, e não vale a pena fingirmos que não sabemos, que estas insinuações aparecem continuamente, e que passam já por vários mandatos, não é só neste mandato, é uma questão de Administração Pública, e de bom funcionamento da Administração Pública, e há pouco falou daquele assunto do Compromisso, e de também era importante os cidadãos poderem ter acesso aos processos e aos despachos dos processos, Compromisso que assumiu como candidato a esta Assembleia, mas que não o pode cumprir, e para si, é também uma questão de honra pessoal.----------

Dirigindo-se aos Senhores Deputados (PS) da maioria, prometeu que se calará, e que deixará de exercer as suas competências como Deputado Municipal, visto que eventualmente o conceito de Deputado que se tem, é de estarmos calados, e como tal passará a ser um Mestre de Cerimónias desta Sessão, a bem da tranquilidade que a Bancada do PS pede.----------

---

Retomando a Ordem de Trabalhos, passou-se ao ponto seguinte:----------

---

5-Moções;----------

Neste ponto o Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que deu entrada uma Moção de Atualidade do Grupo Municipal do PS - **"Medidas tomadas face à Pandemia COVID-19"**, antes de dar a palavra ao Deputado proponente desta Moção, esclareceu que também nesta Sessão, irá ser apresentado no ponto seguinte, um Relatório sobre as Medidas face ao COVID-19, a que se refere esta Moção, e é evidente que não se pode alterar a Ordem de Trabalhos, mas informou que esta Moção é sobre o mesmo assunto do Relatório que será

apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, e como tal, este assunto será abordado outra vez mais à frente.----------

Para apresentar esta Moção de Atualidade do Grupo Municipal do PS - **"Medidas tomadas face à Pandemia COVID-19"**, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Carlos Costa (PS), dizendo que o Partido Socialista, neste campo das Moções, tem sempre a sua proatividade e tem sempre em conta os assuntos da Ordem do Dia, e na sequência das Moções que têm sido apresentadas na Assembleia Municipal de Loulé, a Casa da Democracia Local, onde foi feito na Sessão anterior, a apresentação de duas Moções, uma "Moção de Pesar ao saudoso José Cardoso Coelho", e a segunda "Moção de Congratulação pelo envolvimento dos Médicos, Bombeiros, Proteção Civil no combate à COVID-19", e hoje esta Moção, que passou de seguida á sua leitura, fazendo a mesma parte integrante desta Ata.----

Usou da palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, dizendo que ouviu com atenção a Moção apresentada pelo PS e na realidade ficou um pouco perplexo, pois o PS está aqui representado como Câmara, e não para prestar um grande serviço e trabalho para a democracia e para o trabalho desta Assembleia, em primeiro lugar porque, o Relatório sobre o COVID-19 será apresentado pelo Executivo, e o que foi dito nesta Moção é praticamente uma réplica desse documento, e em segundo lugar porque este Executivo foi eleito, e tendo sido eleito, tem os recursos e o dinheiro disponível para fazer tudo o que for necessário para a população, especialmente em alturas difíceis como esta, portanto o PS estar aqui a congratular a Câmara Municipal por um trabalho, para o qual é eleita, isto é um contrassenso.----------

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que na realidade não entende que tipo de Moção está em causa, e o que se pretende com a sua aprovação, porque não diz que é uma Moção de Congratulação, de Confiança, de Censura, de Apoio, o texto limita-se numa transcrição das Medidas já tomadas pelo Executivo, nada adianta, nem apresenta novas sugestões para aplicar no futuro, no domínio fiscal, social, planeamento, ou económico, faltam ideias e fala-se do mesmo. O BE julga que serão feitos esclarecimentos, após a analise e debate do Relatório a ser apresentado pelo Senhor Presidente da Câmara, e aí sim, deveria ser aprovado um Voto de Congratulação pelo trabalho desenvolvido, recomendando e apresentando novas medidas ou prorrogação de outras, de apoio às famílias e empresas do Concelho. Esta Moção acrescenta muito pouco valor ao trabalho realizado pelo Município, aliás até denigre, quanto a si até desvaloriza, pela forma que esta Moção foi apresentada. O BE reconhece que a Autarquia esteve nestes últimos meses, absorvida, sensibilizada e empenhada no combate a

esta doença, no entanto, considera que a Autarquia podia ter ido mais longe, nos apoios prestados, pensando que nesta Moção do PS, viria lá alguma recomendação para novas medidas, como tal, para o BE está Moção é inócua.----------

De seguida foi dada a palavra à Senhora **Deputada Bárbara Correia (PSD)**, que sobre esta Moção, e como já foi referido, disse que o PSD, também duvidava se este documento poderia ser chamado de Moção, porque não mais nem menos, do que um Voto de Louvor ao Executivo, por parte do PS, aliás a informação que está nesta Moção é a informação que compete ao Executivo, se assim o entender, transmitir a esta Assembleia Municipal e não a Bancada do PS, a auto informar-se, e a auto congratular-se, e nesse sentido, a Bancada do PSD, questiona o Senhor Presidente da Assembleia, se esta Moção pode ser aceite, quando o que está claramente a acontecer é uma inversão das funções, em que a Bancada do PS, usando um instrumento regimental, se substitui ao Executivo, considerando o PSD, de facto lamentável o conteúdo desta Moção, que tal como disse o Senhor Deputado Carlos Martins (BE), não acrescenta nada, e a ser feita alguma Moção sobre os tempos de Pandemia que vivemos, então que fosse uma Moção de Congratulação aos Funcionários Autárquicos que estiveram no exercício das suas funções, bem como aos Profissionais de Saúde, ao invés de se congratular ao Executivo, considerando uma vergonha esta Moção.----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao proponente desta Moção, para saber se pronunciar e saber se quer acrescentar algo.----------

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Costa (PS)**, que quis manter esta Moção tal como está.----------

Antes de passar à votação desta Moção, o Senhor **Presidente da Assembleia**, disse que gostaria de fazer apenas uma sugestão, que no último parágrafo, em vez da palavra "ressalvamos", fosse substituída pela palavra "realçamos", porque ressalvar é o contrário de realçar.----------

Passou-se de seguida à votação da Moção do Grupo Municipal do PS - **"Medidas tomadas face à Pandemia COVID-19"**, tendo sido **votada** e **aprovada por maioria**, com 12 abstenções.----------

Prosseguindo a Ordem de Trabalhos, passou-se ao ponto seguinte:----------

6-Período da Ordem do Dia;----------

---

a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;----------

---

b)- Apreciação da Informação relativa a **Despesa com Equipamentos, Bens e Serviços, associados à doença COVID-19**, nos termos do artigo 7.º-B, da Lei n.º 12/2020, de 7 de Maio;----------

---

Sobre a alínea a), o Senhor **Presidente da Assembleia** referiu que apesar da sua importância óbvia, a alínea b) era a que despertava mais interesse e atualidade, até pela questão já referida na Moção anterior, e como o tempo tem que ser bem gerido porque ainda consta nesta Ordem Trabalhos a Aprovação das Contas, propondo e apelando para que cada Bancada se pronunciasse sobre estas duas alíneas, sem estender muito o tempo, e evitando que as várias Bancadas tivessem múltiplas intervenções.----------

---

a)- Apreciação da Informação escrita do Presidente da Câmara Municipal de Loulé, acerca da Atividade Municipal, e da Situação Financeira do Município, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro;----------

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, que sabendo que este Relatório já teria sido analisado pelos Senhores Deputados, e que apenas se referia a 1 mês de Atividade Municipal, gostaria de realçar apenas alguns pontos, começando pela Educação, dizendo que neste período tinham reaberto as aulas no Pré-Escolar, as Creches também começaram a funcionar e a Câmara Municipal de Loulé, neste período muito particular e de grande dificuldade, esteve através dos Técnicos, da Divisão de Educação, que estiveram absolutamente empenhados para que tudo corresse bem, e por determinação do Ministério do Trabalho e Segurança Social, antes de abrir as Creches, foram feitos testes para despistagem de infetados com COVID-19, mas a Câmara também tomou a decisão de realizar estes testes no Pré-Escolar, num total de 503 testes. Relevou também, a importância de uma decisão que foi tomada entre a Câmara e a Escola Secundária de Loulé, irá ter uma nova oferta, um novo curso profissional, que é um curso de eletrónica médica, e no Algarve será a primeira Escola a ter este curso importantíssimo, na área da saúde, e na cidade de Loulé. No domínio da saúde, quis dizer que o Senhor Ministro da Ciência, visitou Loulé, no âmbito de um

conjunto de Projetos na área da Investigação Cientifica da Inovação das Biociências Médicas, que é de grande importância para o País. Informou que também entregou no Hospital de Faro, cerca de 20 ventiladores, que os Municípios do Algarve, com a colaboração da AMAL, adquiriram. No domínio da Ação Social, a Câmara em colaboração com a Algarve Biomedical Center, produziu e distribuiu, cerca de 2.500 máscaras sociais, que foram distribuídas à população, neste caso a residentes de Bairros Sociais, a idosos isolados, no fundo aos segmentos da população mais vulneráveis, e informou que a produção destas máscaras irá continuar. Na área da cultura, destacou a assinatura de Contratos-programa da Câmara com cerca de 25 Organizações e antecipou em alguns casos, o pagamento e o apoio. Relativamente à área do Ambiente e Ação Climática, foi içada a Bandeira Azul numa Praia do Ancão, onde abordou a questão da atribuição do Galardão Eco XXI e explicando os motivos que levaram a não apresentação de candidatura, tendo obtido a informação de que iria ser averiguada a situação falada na última Sessão. Foi celebrado o Dia Mundial do Ambiente, o Dia Mundial dos Oceanos, foi exibido um filme sobre o tema dos plásticos nos oceanos, foram também colocados 2 Mupis na cidade de Quarteira, entre outras. Realçou outra grande medida, os Transportes Urbanos que circulam em Loulé, Quarteira/Vilamoura e mais recentemente em Almancil, passaram a ser gratuitos, isto para estimular o uso dos Transportes Públicos em meios urbanos, para que as pessoas andem cada vez menos de automóvel. No domínio da Proteção Civil, foi inaugurada uma Estação Salva-vidas, em Quarteira, que cobre cerca de 13 milhas de costa, entre Olhão e Portimão, foi inaugurado também o Posto de Policia Marítima, tudo isto no perímetro do Porto de Pesca de Quarteira. Em relação a obras, foi aberto o concurso público para as Instalações no Algarve do INEM, uma obra com valor base de 1 milhão e 800 mil euros, e que é de grande importância no domínio da saúde da população. Foi adjudicada, e vai começar muito em breve a obra da Rotunda do Barrocal, entre Loulé e Faro. Em relação ao urbanismo, foi tomada uma decisão para apoiar a construção civil, nas áreas urbano-turísticas, e este ano devida a esta situação, foi aberta uma exceção e permitir que essas empresas pudessem continuar a trabalhar nos meses de verão. Terminando, disse que a informação financeira presente neste Relatório, será apresentada pelo Senhor Vice-Presidente, quando apresentar o Relatório das Contas.----------

---

Após esta intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia, sugeriu ao Senhor **Presidente da Câmara**, que fosse apresentado também o Relatório referente ao COVID-19, Relatório este feito no âmbito da solicitação do artigo 7.º-B da Lei n.º 12/2020.----------

---

b)- Apreciação da Informação relativa a **Despesa com Equipamentos, Bens e Serviços, associados à doença COVID-19**, nos termos do artigo 7.º-B, da Lei n.º 12/2020, de 7 de Maio;----------

---

Seguidamente, o Senhor **Presidente da Câmara**, passou à apresentação em PowerPoint deste Relatório com 104 páginas, mais 248 páginas de anexos, num total de 352 páginas, cuja atividade esteve sempre ligada à legislação de enquadramento, muito produzida pelo Governo, que abrangeu o Estado de Emergência, o Estado de Calamidade, e esta informação cobre o período entre 4 de Março e 31 de Maio de 2020, tem o Plano de Contingência, a Legislação Nacional, as Normas da Direção Geral de Saúde, tem o Manual de Praias. Agradeceu à população de Loulé o elevado sentido cívico e de responsabilidade, que ao longo destes tempos tem manifestado, tendo sido muito colaborante, agradeceu também aos voluntários, que foram muitos e que colaboraram com a Câmara, estendendo o agradecimento também aos Clubes, Associações Desportivas e Culturais, pela sua colaboração, também agradeceu às IPSS's, à Senhora Delegada de Saúde Pública, aos Bombeiros, aos Agentes da Proteção Civil, à Cruz Vermelha, ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, à GNR, às Juntas de Freguesias, a Autoridade Marítima e a Associação de Caçadores. De seguida fez uma breve apresentação em PowerPoint de alguns factos, começando por referir que o 1.º caso de COVID-19 em Loulé, foi no dia 14 de Março, quando o 1.º caso no País foi no dia 2 de Março, depois foram decretadas várias medidas pelo Governo, Situação de Alerta, Estado de Emergência, sucedidas por outras medidas. No Algarve, a evolução desta pandemia, sempre foi muito controlada, com exceção do caso do Lar de Idosos da Santa Casa da Misericórdia de Boliqueime, que foi prontamente tratada, e até à data de hoje, no Concelho de Loulé, houve 103 casos, com 90 recuperados, morreram 6 pessoas, e estão em vigilância apenas 7 casos ativos. Quanto às Linhas de Ação, referiu que o São Nobre da Câmara Municipal de Loulé, foi um local de trabalho exaustivo, e dia a dia, foram tomadas as decisões e medidas necessárias. A 6 de Março foi aprovado na Câmara Municipal um Plano de Contingência Municipal, que vigora até esta data, nesse Plano estavam Medidas de Restrição, Encerramento de Espaços Municipais, Cancelamento de várias iniciativas, no plano do desporto, cultural, festas populares, suspensão de festividades, mercados, eventos de caráter religioso, entre muitas outras medidas. Houve muita comunicação com a população de forma a travar a propagação desta pandemia, foi criada uma plataforma eletrónica com toda a informação, houve 77 comunicados de imprensa, foi feito um trabalho muito intenso, foi criada uma Linha de Apoio Especial Loulé Solidário, de forma a garantir aconselhamento e apoio psicossocial às famílias em situação vulnerável, em que a Freguesia com maior número de chamadas foi a de

Quarteira, cerca de 37%, seguida por S. Clemente com 34% do total de chamadas, Também foi dado apoio alimentar à população, com um foco especial para os sem abrigo, que para além das condições em que vivem, são potenciais focos de propagação da doença e do vírus, e só no refeitório de Quarteira, foram distribuídas cerca de 13.000 refeições, que funcionou na Escola de S. Pedro do Mar, também aqui em Loulé funcionou um refeitório no Centro Paroquial, onde também foram servidas cerca de 7.500 refeições, e em Boliqueime com um sistema de takeaway, foram disponibilizadas quase 3.000 refeições. Foram igualmente distribuídos, centenas de cabazes alimentares, pela Câmara, e pela GNR (no interior do Concelho de Loulé). Disse que de facto neste documento, há muitos gráficos, muita informação abundante e detalhada destas medidas de apoio e alimentares. Também nos casos de doenças crónicas, ninguém ficou privado da sua medicação, a Câmara em colaboração com as Juntas de Freguesia, prestou esse apoio. Outra medida muito importante, foi o reforço em cerca de meio milhão de euros, no Apoio Loulé Solidário. Foram fabricadas no Palácio Gama Lobos, milhares de máscaras e viseiras de proteção, aprovadas pela Delegada Regional de Saúde Pública, através de um trabalho de voluntariado, e que foram distribuídas pela população, Instituições, e até nas comunidades de etnia cigana. Houve igualmente, com a colaboração do SEF, um grande apoio à comunidade migrante no nosso Concelho. Foram criados nos Pavilhões Desportivos, "ZAP's" zonas de apoio para qualquer situação de emergência, para dar respostas céleres à população, particularmente aos idosos, em Loulé com cerca de 250 camas preparadas. Foram realizados cerca de 1.083 testes de diagnóstico, em nos 14 Lares de Idosos, e em 4 Centros de Dia, e hoje começaram a ser feitos cerca de 503 testes, a todos os funcionários e professores da Rede Pré-Escolar do Concelho de Loulé. Relativamente a testes serológicos, fomos escolhidos pelo ABC e pela Fundação Champalimaud, como o primeiro Concelho onde se iria realizar o primeiro estudo, pioneiro no País, sobre o grau de infeção em toda a população, sobretudo no segmento da população que esteve mais exposto, em situações de risco, foram realizados cerca de 1.235 testes serológicos. No âmbito da saúde, a Câmara apoiou todas as IPSS's, todos os Centros de Saúde do Concelho e até o Hospital de Faro, foram doados equipamentos de proteção pessoal (58.000 máscaras, 90.000 pares de luvas, milhares de litros de gel, aventais, batas, termómetros, pijamas, etc.), informou também valores gastos na área da saúde, milhares de euros, nomeadamente equipamentos médicos EPI´s, ventiladores, etc., e até pagamento de refeições ao pessoal que esteve a trabalhar no Centro de Testes, junto ao Estádio do Algarve. Foram lavadas e desinfetadas ruas, foram limpas máquinas de multibanco, e muitas outras zonas, foi feito um trabalho intenso pelos Serviços da Câmara, também nesta área de desinfeção e higienização. Também houve um trabalho exaustivo da Divisão de

Educação, para apoiar as crianças que estavam em casa e não tinham recursos para o ensino à distância, foram também adquiridos cerca de 750 tabletes com acesso à internet, que já estão na posse dos Agrupamentos de Escolas, e serão entregues no inicio do próximo ano escolar, e está em fase de concurso público a aquisição de 170 portáteis para os escalões mais velhos de ensino, foi um investimento feito para que as desigualdades nesta situação de pandemia, não se acentuassem. Sobre a economia, disse que a fatura COVID-19, é já neste momento altíssima, pois trata-se de um investimento com o qual não se contava, e também teve que haver apoio às Empresas, às Microempresas, às pessoas desempregadas, e a Câmara para além das medidas tomadas pelo Governo, também tomou um conjunto de medidas, através da isenção de pagamento de taxas municipais, ocupação do espaço público, inclusive com esplanadas abertas, isto no fundo é um apoio à liquidez, assim como os Feirantes, como todos os Comerciantes, Restaurantes, Cafés, Casas de Comércio, etc., até 31 de Dezembro, não vão pagar estas taxas. Também o estacionamento tarifado, não foi cobrado nos meses de Abril e Maio. Foram isentadas também, dezenas de famílias que habitam em fogos municipais, do pagamento das suas rendas até 30 de Setembro. No domínio da cultura, a Câmara antecipou 50% do caché, de artistas que viram os seus espetáculos adiados, pagou a totalidade das bolsas de apoio ao Teatro, porque são profissionais que não têm dispositivos legais de proteção no desemprego, entre outros apoios concedidos. Neste momento também está a ser criada uma plataforma de apoio ao comércio, uma grande medida que está a ser elaborada com a ACRAL e com a Algardata, que surge de uma ideia, numa das audições que a Câmara teve com Empresários do Concelho, e esta medida irá permitir que o comércio local, possa circular e participar na economia local, que partiu da área da restauração, mas que vai ser estendida a todos os outros segmentos de atividade. Referiu também, que o Senhor Vice-Presidente irá apresentar o PAREL (Programa de Apoio e Revitalização da Economia Local), onde serão detalhadas estas medidas, e as medidas de liquidez e apoio à tesouraria das Empresas e das Famílias, representam já um investimento da CML de 2 milhões de euros. Na rúbrica das despesas dos Serviços da Câmara com a COVID-19, 1 milhão e 800 mil euros, que soma aos 2 milhões de euros de apoio à liquidez e apoio à tesouraria das Empresas e Famílias, e encomenda dos EPI's no valor de 450 mil euros, a comparticipação na compra dos ventiladores no valor de 400 mil euros, ou seja, o investimento total da Câmara Municipal na prevenção e combate à COVID-19, já totaliza cerca de 4 milhões e 700 mil euros, é muito dinheiro, mas tinha que ser gasto, porque neste momento este é o maior problema do Município, e tem que fazer tudo para proteger as pessoas, e apoiar a economia do Concelho. Também foram tomadas várias medidas para as praias depois de terem sido ouvidos os Concessionários,

que constam neste documento, e que são muitas, e há também um Manual de Boas Práticas, para todos os turistas que nos visitam. Em resumo, disse que foi criado um Grupo de Trabalho, que começou a trabalhar desde o inicio desta pandemia, e que continua a trabalhar, porque este problema é ainda uma grande incógnita no futuro, há um grande investimento, em trabalho humano, em recursos financeiros das finanças públicas locais, porque o primeiro dever é servir as pessoas, e se a comunidade tem um problema de saúde pública, não se pode olhar a esforços, não olhar a meios, para proteger as pessoas, e empresas, sobretudo as mais pequenas, as microempresa, e que este é o caminho e o rumo da Câmara Municipal de Loulé.----------

---

De seguida o Senhor **Presidente da Assembleia**, informou que de seguida poderiam ser colocadas questões por parte dos Senhores Deputados, relativamente a esta apresentação, mas que havia um problema de tempo nesta Sessão que está quase esgotado, e um problema com a aprovação de contas e a falta de tempo, com prazos que estão estabelecidos na Lei de exceção, até 30 de Junho para as contas individuais, e 31 de Julho para as contas consolidadas. No seu entender, as contas e a responsabilidade que se tem na apreciação e deliberação das mesmas, não nos permitem, que esta discussão se realize nesta Sessão, a não ser que os Senhores Deputados o queiram, o que a seu ver é difícil, mas cumprirá com lealdade as funções que os Senhores Deputados lhe confiarem, sem condicionalismos, no entanto, também queria dizer, que a próxima Sessão será presidida pela Senhora 1.ª Secretária, uma vez que considera, que não tem condições para continuar a exercer as funções de Presidente da Assembleia Municipal, e portanto, por aquilo que hoje foi visto, e que foi um excelente exemplo, e por isso, na próxima semana, depois de cumprir todas as suas obrigações que tem para com a Assembleia Municipal, e depois de se reunir com os Membros da Comissão Permanente, apresentará a renúncia ao cargo de Presidente da Assembleia Municipal, para o qual os Senhores Deputados o elegeram, e posteriormente, obviamente também a renúncia ao cargo de Deputado Municipal, para o qual foi eleito, e que julgou que o estava a cumprir de acordo com o compromisso que assumiu, nomeadamente com o Partido Socialista do qual faz parte, com base nos compromissos que estão escritos e que foram enviados pelo Secretário Geral do Partido Socialista, para todos assinarem, alguns dos quais, princípios que tentou defender nesta Assembleia Municipal, mas que ao longo deste tempo não conseguiu. Disse que, explicará posteriormente, aos Senhores Deputados, as consequências da sua renúncia, e a eleição da nova Mesa, e relatará aos Senhores Deputados, de forma mais circunstanciada, as razões que o levaram a tomar esta decisão, que obviamente, à qual não recua, e que não está sujeita a nenhuma avaliação, porque se trata de uma decisão individual, que

tomou em consciência, por respeito a si próprio, e por respeito ao cargo para o qual foi eleito, e pelo respeito para com os cidadãos do Município de Loulé, pelo qual se debateu, para mudar a forma de gestão no Município, e tudo aquilo que tem a ver com o desenvolvimento económico e social daquilo que ambicionou, juntamente com muitos outros, para que este fosse um dos melhores Concelhos, para viver, trabalhar e investir, confessando que não conseguiu, e que assume toda a responsabilidade, devido à sua incapacidade, que é sempre do próprio e nunca dos outros. De seguida, disse que pretendia marcar a data da nova Sessão, de continuidade desta, para discussão das contas, que já seria presidida pela Senhora 1.ª Secretária, mas se os Senhores Deputados quisessem prolongar esta Sessão, não se iria opor, mas relativamente à discussão das contas, esta ficaria para a próxima Sessão, e atendendo ao pedido dos vários Grupos Municipais, iria prolongar esta Sessão, de forma a ser debatida a apresentação, feita anteriormente pelo Senhor Presidente da Câmara.----------

---

Pediu a palavra o Senhor **Deputado Mário Botelho (PSD)**, que se quis pronunciar e deixar algumas considerações, relativamente à Informação da Atividade Municipal, que foi a primeira apresentação do Senhor Presidente da Câmara, começando por congratular o Executivo pelas medidas tomadas e pelo desempenho que teve, em relação ao combate do COVID, e relativamente à Atividade Municipal, verificou em traços gerais, que apesar de se falar de todas as áreas, não existe uma única palavra sobre economia, apesar de agora, na apresentação do relatório sobre as medidas e despesas com o COVID, ter visto muitas medidas sobre a economia, o que presume, ter havido um lapso no relatório da Atividade Municipal, não constar esta informação. Relativamente aos resultados económicos, disse que das quatro Empresas Municipais, três delas são deficitárias, referindo o que vem no relatório, a Infraquinta E.M., apresenta um resultado negativo no valor de 186 mil euros, ou seja, duplicou o valor do ano passado, passou de um saldo deficitário de 64 mil euros para 136 mil euros, em apenas 4 meses, e para que se tenha uma dimensão dos custos desta Empresa Municipal, com o pessoal 2,2 milhões de euros, custos com a energia e fluidos de 130 mil euros. De seguida passou aos resultados da Infralobo E.M., resultados negativos no valor de 92 mil euros, passou de um saldo superavitário de 47 mil euros, para um saldo deficitário de 92 mil euros, em apenas 4 meses, com custos com o pessoal no valor de 1 milhão e 625 mil euros, custos com energia e fluidos de 60 mil euros, por fim, falando da terceira Empresa Municipal, a LC Global E.M., resultado negativo de 73 mil euros, e com um subsidio à exploração no valor de 116 mil euros, custos com o pessoal no valor de 856 mil euros, em suma, o queria transmitir com estes dados, é de que vivemos uma situação excecional, que irá afetar a economia deste Município, pela ausência ou diminuição da receita, e

em duas rúbricas, impostos indiretos, IMI e IMT, que suportam 66% das receitas da Câmara Municipal, ora, se temos Empresas Municipais deficitárias, gostaria que se gerisse de uma forma mais eficiente e eficaz estas Empresas, e fará sentido, duas Empresas Municipais deficitárias, que atuam no mesmo espaço, Infraquinta E.M. e Infralobo E.M., com um espaço entre elas de 2/3 quilómetros, existam? Ainda por cima deficitárias? Ou estará enganado, ou o Senhor Presidente da Câmara estará a fazer uma má gestão, e no seu entender, presume que será a segunda opção, e se o Senhor Presidente da Câmara, foi eleito com uma maioria avassaladora para gerir os interesses da Câmara, mas o facto é que não se vê isso, o que se vê, é que estas Empresas Municipais, são deficitárias, e o Senhor Presidente, não pode esbanjar o dinheiro da forma que faz, não pode gerir os recursos financeiros da forma que o faz, porque o dinheiro não é seu, o dinheiro é de todos os munícipes, é o erário público, é o dinheiro com as nossas contribuições, que faz com que o Senhor Presidente tenha recursos, e se o Senhor Presidente da Câmara, não está à altura, para poder gerir este Município, de uma forma eficiente e eficaz, está na altura de repensar se este é o caminho a seguir, e espera que com as eleições no próximo ano, os munícipes tenham a capacidade de avaliar, o que é que uma boa gestão, e claramente neste momento, esta não é uma boa gestão.----------

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Calçada Correia (PS)**, que sobre a informação transmitida pelo Senhor Presidente da Câmara sobre a Pandemia COVID-19, gostava de fazer algumas considerações, começando por dizer que apraz-lhe registar o papel que a nossa Autarquia assumiu, com as ações que imediatamente pôs em prática, destacando a resposta dada para o ensino à distância com a entrega dos 750 tabletes e 170 computadores, uma medida que considera fabulosa, a parceria estabelecida com o ABC para combater o COVID-19, a participação na aquisição e entrega no âmbito da AMAL dos 20 ventiladores, a isenção do pagamento de transportes urbanos no Concelho de Loulé, o ter permitido que as obras urbanização e edificação, nas áreas urbanas e turísticas possam prosseguir de 1 de Julho a 31 de Agosto. Quanto à informação financeira disponibilizada e relativa a Maio, embora seja muito cedo para se tirarem conclusões sobre a dimensão do impacto que a crise pandémica terá nas nossas contas municipais, já dá para perceber, que os números já começam a ser diferentes e para pior, porque já se nota um decréscimo nas receitas, de cerca de 3 milhões de euros, em Maio, face ao período homologo do ano anterior, representando um decréscimo de cerca de 8%. A nível das despesas, disse que sobressai o aumento registado na aquisição de bens, na aquisição de serviços, e nas transferências de capital, que estarão relacionadas com as medidas de combate ao COVID-19. Deixou uma nota final, para a divida orçamental, que

reduziu cerca de 3 milhões de euros, cerca de 11%, face ao período homologo do ano anterior, e também para as disponibilidades, com uma redução de 12 milhões de euros, cerca de 15%. Em relação ao que foi dito pelo Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), sobre as Empresas Municipais, pensa que o Senhor Deputado não deve ter lido o relatório das contas consolidadas, porque se for ver os mapas de consolidação, as Empresas Municipais tiveram todas resultados positivos, com a exceção da Escola Profissional de Alte, que foi a única que teve resultados negativos, ou seja, o Senhor Deputado analisou e tirou conclusões de 5 meses absolutamente atípicos, meses de crise pandémica, por isso não pode tirar as conclusões que estava a tirar, de facto estas Empresas Municipais, não são deficitárias, podem estar agora a ser devido a esta situação, mas não se sabe quais vão ser resultados no final do ano, porque ainda estão pela frente 7 meses, para além de que, este ano é um ano absolutamente anormal devido à pandemia, e isso tem que ser considerado, numa analise correta, objetiva e séria.----------

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Carlos Martins (BE)**, dizendo que mais uma vez tinha que dar razão ao Senhor Deputado Hugo Nunes (PS), porque realmente muitas horas de máscara, estragam a oxigenação ao cérebro das pessoas, o que leva depois a tomarem decisões precipitadas, o que espera que não aconteça, referindo que normalmente, não se sente muito, com os efeitos colaterais, nem com comentários, nem com ameaças. Falando sobre a informação financeira apresentada, disse que não sabia aonde é que o Senhor Deputado Calçada Correia (PS), foi buscar as informações sobre os dados financeiros de que falou, porque no documento que recebeu da Câmara, só consta a informação sobre a divida orçamental, se calhar o Senhor Deputado recebeu outro documento diferente do Partido Socialista. E em relação à situação financeira, disse que foi analisada há pouco tempo, numa Sessão anterior, por isso não valia a pena estar a perder muito tempo com este assunto. Felicitou a Câmara, por ter tomado a decisão de isentar o pagamento dos transportes urbanos em Loulé, que não disse até quando, mas julga ser até ao fim deste mandato. Sobre o problema sério do COVID-19, disse que é um assunto que deve ser falado com ponderação, e as pessoas devem apresentar as suas sugestões, porque para si, é um problema muito sério e delicado que temos no Concelho, que deve ser tratado com ponderação, calma e serenidade. Reconhece o papel positivo desempenhado pela Câmara, desde o aparecimento da doença COVID-19 até ao momento atual, é claro que é sempre possível fazer mais, e chegou o momento em que o Município, deve ter uma atenção redobrada, para com a crise social e económica em que o Algarve está envolvido, e principalmente com as empresas, famílias e trabalhadores deste Concelho, e a Câmara Municipal não pode substituir o Governo nas suas competências, mas deve e pode apoiar mais, e é isso que BE

propõe, e espera a aprovação de novas medidas no âmbito fiscal e social, consoante a dinâmica da crise sanitária, tão necessárias no apoio às famílias mais carenciadas, desempregados, micro e pequenas empresas, para a manutenção dos postos de trabalho. Em segundo lugar, disse que devemos continuar a seguir um caminho de forma partilhada com a sociedade e a comunidade cientifica, envolvendo empresas, instituições, escolas, universidades e voluntariado. Em terceiro lugar, disse que concordava com as conclusões expressas no relatório da CML, no que diz respeito ao empenho, à celeridade, à segurança para com as pessoas, e como sabemos, todos os Municípios, de uma forma geral, tomaram e continuam a tomar medidas suplementares às do Governo, no sentido de apoiar o Serviço Nacional de Saúde, as famílias, e as empresas, e o nosso Município seguiu e acompanhou esse movimento, tendo tomada decisões oportunas e constantes neste relatório pormenorizado, de todas a atividade desenvolvida no combate à pandemia. Disse que este documento era extenso, com 352 páginas, muitas imagens e bem estruturado, mas de leitura difícil, pois no índice dos conteúdos devia constar o n.º da página em frente a cada rúbrica, é necessário percorrer o documento todo para procurar uma coisa, deveria ter também um mapa de síntese relativamente às taxas municipais, onde mostrasse todas as rúbricas e respetivas despesas, de consulta fácil. Referiu ainda, que foram tomadas muitas medidas, com um vinculo temporário muito curto, algumas até já caducaram, representando um investimento total na prevenção à pandemia de 4,7 milhões de euros, no entanto, se considerarmos que a verba de 1,7 milhões se refere a uma moratória, que não representa qualquer investimento, mas uma perda temporária de receitas na cobrança da fatura da água, referente a dois meses, verifica-se que na realidade os custos são bastante reduzidos, em comparação com o valor do orçamento da Câmara, deste ano, de cerca de 150 milhões de euros, e a Câmara parte de um pressuposto que todos os consumidores deixaram de pagar água, o que é uma falácia, porque no seu entender, mais de 80% dos consumidores continuaram a pagar a sua água, ou seja, as despesas pouco ou nada influenciaram as contas da Câmara, salientando ainda, que o valor previsto nas rúbricas anuladas, eventos, animações, festas, etc., é superior às despesas até hoje realizadas associadas ao COVID, e devia de haver outro relatório que a Câmara devia de mostrar à Assembleia, sobre o que é que o COVID, evitou que se gastasse, que pudesse ter sido canalisado para outro lado, e seria importante, para além destas despesas, que tivesse sido complementado, com as verbas previstas anuladas, que possam ser canalisadas para um reforço futuro, nas medidas que sejam necessárias aplicar. Do ponto de vista sanitário, disse que os Serviços de Saúde, encontram-se mais aliviados, a situação no Algarve encontra-se controlada, mas agora com o ressurgimento de novos casos e com a abertura da época balnear, passou a preocupante, e neste momento, temos um total

acumulado de infetados de 576 casos no Algarve, sendo que 219 casos estão ativos, recuperados 350 casos, e 17 óbitos, e o Concelho de Loulé apresenta a 2.ª maior taxa de contaminados, 103, dos quais 90 se encontram recuperados, e a lamentar a perda de 6 vidas, 5 no Lar de Boliqueime, neste momento ativos, temos entre 7 a 9 casos, e como vemos, a pandemia está longe do fim, importa que o Executivo esteja atento e disponível, quanto à necessidade de novas medidas para apoiar os mais carenciados e aqueles que perderam rendimentos de trabalho, para relançar a economia, e garantir a viabilidade das empresas e a manutenção de empregos.----------

---

De seguida pediu a palavra o Senhor **Deputado Seruca Emídio (PSD)**, que começou a sua intervenção, reconhecendo e felicitando o trabalho feito pela Câmara Municipal de Loulé durante este período de pandemia, mas também gostaria, de deixar algumas reflexões que o preocupam, e que pensa, devem preocupar todos, é que longe da situação estar terminada ou controlada, a situação da pandemia, está numa fase complexa, em que se verifica um agravamento de toda esta situação, e perante isto, questionou o Senhor Presidente da Câmara, até onde a Câmara Municipal de Loulé pode ir, no tempo, e na despesa que tem feito até agora, porque tem que estar preparada para uma situação, que infelizmente, deverá piorar, até porque nunca viu tantas pessoas a fazerem testes, como presenciou hoje em Quarteira, nem no inicio da pandemia, e até agora, parece-lhe que foi feito tudo dentro do que era possível para conter a pandemia, só que ninguém suspeitaria que esta situação se prolongasse por muito mais tempo, mas de facto, temos que nos preparar para que a situação se arraste durante muito mais tempo, e com maior severidade, e foi falado, foram apresentados espaços que estavam preparados, como Pavilhões Desportivos, que não sabe se já foram desativados, ou não, mas esta e mais situações, merecem ponderação e também alguma contenção relativamente àquilo que já foi feito, e estamos confrontados com o problema de grande parte dos Países da Europa, não permitirem a nossa entrada e ao mesmo tempo a dificultarem a vinda dos seus habitantes para o nosso País, um País que vive do turismo, e isto é significativo, o que o leva a pensar, que não estamos completamente informados da situação que estamos cá a viver, os outros Países sabem melhor o que se passa cá em Portugal, do que nós, e eram estas as reflexões, que queria deixar nesta intervenção. Terminando, disse que não poderia deixar de dar uma palavra, de agradecimento ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Loulé, Professor Adriano Pimpão, de quem foi adversário nas últimas eleições, que na sua opinião, era um garante da democracia que aqui se exercia, da transparência em todos os atos que eram aqui realizados, e é uma perda, para o Concelho de Loulé, a decisão que tomou esta noite, de renunciar a este cargo, e em seu nome pessoal, agradeceu-

lhe pelo facto de ter ajudado muito o Concelho de Loulé.----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor **Deputado Duarte Duarte (PSD)**, felicitando em primeiro lugar o Executivo, pelo trabalho que fez durante este tempo de pandemia, realçou o facto de que todo o trabalho feito, foi um trabalho de improviso e no seu entender todos devemos agradecer esse trabalho, e a questão que queria colocar nesta Sessão, é que estando longe de uma resolução deste problema, e a caminhar para uma 2.ª vaga, se o Executivo já tem planos, organização, o que é que pretendem fazer nessa altura. Por fim, terminando a sua intervenção, e tal como fez anteriormente o Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), disse que gostaria de agradecer e elogiar muito, o trabalho do Professor Adriano Pimpão, enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Loulé.----------

Também pediu a palavra o Senhor **Deputado João Guerreiro (PSD)**, dizendo que depois da apresentação de um relatório exaustivo, que foi bastante elucidante, disse que não iria entrar em detalhes, mas que tinha uma opinião formada enquanto cidadão, e empresário local, e como cidadão está sempre preocupado que a saúde de todos, seja acautelada, apesar desta ser uma matéria bastante complexa, mas o que gostaria que não acontecesse, é que se tomassem medidas alarmistas, nem que se propague o medo que já está amplamente instalado, que leva a situações de caracter psiquiátrico e psicológico, complexas, que são difíceis de lidar, na relação entre as pessoas, quer na sociedade onde trabalham, quer noutras, e desta forma, gostaria que se sensibilizassem as pessoas, para que, não se continue a propagar uma mensagem sistemática de medo, porque a economia, ou a falta dela, e a miséria, instalando-se, trarão com certeza problemas gravíssimos de sustentabilidade na vida das pessoas, podendo levar as pessoas a graves situações de sobrevivência, e os futuros das crianças e das famílias, comprometidos, e apelou para que as pessoas não partilhassem o medo, tivessem cuidados, seguissem as recomendações da DGS, e que a Câmara Municipal deveria continuar o seu excelente trabalho, que tem sido difícil, agradecendo e enaltecendo, o empenho do Executivo Municipal, por tudo o que tem feito, mas do ponto de vista de cidadania e de empresário, disse que se preocupa muito com a situação atual, que é gravíssima, e que as pessoas ainda não se aperceberam da amplitude do problema, e não se querendo repetir, recomenda que quer nas redes sociais, nos jornais, nas informações que a Câmara passa, alguma contenção na adjetivação e na linguagem que se utiliza, sempre descrédito, daquilo que é a relação da vida, com este vírus, porque também há muitas doenças, que têm necessidade de muitos cuidados, e que também causam muitas mortes, como tal, há que fazer uma reflexão, sobre o que se pode fazer melhor, de forma a não impedir que as pessoas vivam, nem impedir que a

sociedade funcione de forma regular. Seguidamente, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Assembleia, agradecendo-lhe o trabalho e a forma como dirigiu esta Assembleia Municipal, de tal forma, que o fez mudar para melhor como Deputado Municipal, e que por estes e outros motivos, gostaria que não renunciasse a este cargo, como anunciou nesta Sessão, porque a Assembleia Municipal de Loulé, irá perder muito, nomeadamente, a credibilidade alcançada durante este tempo em que a presidiu, em que a qualidade do seu desempenho, beneficiou os cidadãos, o que certamente deixará de acontecer se sair deste cargo, deixando um repto final ao Senhor Presidente da Assembleia, Professor Adriano Pimpão, para que não renuncie ao cargo.----------

---

Não havendo mais pedidos de intervenção por parte dos Senhores Deputados, o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu a palavra ao Executivo para fazer as considerações finais.----------

---

Usou da palavra o Senhor **Vice-Presidente, Pedro Pimpão**, dizendo que as questões colocadas, não foram concretas, do ponto de vista daquilo que é a informação financeira e especifica, e em relação à questão levantada pelo Senhor Deputado Carlos Martins (BE), disse que de facto houve um lapso, que assume, pois na documentação enviada, faltaram páginas, mas que essa situação vai ser reposta e poderá ser falada na Sessão de dia 29 de Junho, quando forem discutidas as contas. Respondendo ao Senhor Deputado Mário Botelho (PSD), disse que têm que haver mais seriedade, quando se analisa a questão das Empresas Municipais, e pegando no caso especifico da Loulé Concelho Global, não é verdade, que devido ao subsidio de exploração o resultado seria pior, aliás, se retirar o subsidio, o resultado até melhora em relação ao ano passado. Quanto à questão relacionada com a Inframoura E.M., disse que esta tem resultados mais positivos, apesar de ter uma descida nos rendimentos, mas a despesa diminui, e com a Infraquinta E.M., acontece o mesmo, só na Infralobo E.M., é que pode haver alterações, mas isso tem a ver com ajustes, e subsídios à exploração na Infraquinta E.M. e Infralobo E.M., não existem, foi aprovado em 2017 ou em 2018, os Contratos-programa das Empresas Municipais, e esses contratos não têm nenhum valor associado, e dizer que as Empresas Municipais são todas subsidiadas não é verdade, estas duas últimas, não o são, e não se trata de números mas sim da aprovação de documentos, e tal como já disse o Senhor Deputado Calçada Correia (PS), não se pode olhar para os números, e olhar para este tipo de atividade, para apenas estes últimos 5 meses, deve-se olhar para os números e olhar para o que significam, quer na ajuda às pessoas, quer naquilo que é a despesa efetiva, porque a gestão de dinheiros públicos não é feita de ânimo leve, porque existem responsabilidades enormes nesta área, é o que se faz, são

estudos sobre o futuro, que é altamente incerto, e é o que se tenta fazer sobre o imposto mais direto, IMT, quase semanais, e apesar de tudo, o que se tentará, é nunca deixar que uma pessoa fique sem o que é básico na sua vida, e por isso, serão feitos todos os possíveis, e tudo o que for necessário, porque é para isso que o Executivo está nestas funções, e exerce o Serviço Público. Em relação a tudo o que é projetado, em termos de apoios, em termos de investimentos, em termos de outro tipo de despesas, tem que ser sempre reavaliado, e o que vai sendo feito ao longo das Sessões da Assembleia Municipal, é uma avaliação contínua da situação financeira da Câmara, e a situação financeira das Empresas Municipais, porque não é possível prever absolutamente nada, sobre o que se vai passar daqui a 3 meses, ou 6 meses, o que as pessoas têm que saber, é que este Executivo, irá garantir o que é básico à sua condição de vida.----------

---

Foi dada a palavra ao Senhor **Presidente da Câmara**, dizendo que lhe cabe registar com agrado, a opinião quase unânime, ou mesmo unânime, expressa por todos, relativamente àquele que foi o trabalho da Câmara, perante este problema de saúde pública, aliás, não esperava outra coisa, porque está absolutamente seguro do desempenho de muitas pessoas dentro da Câmara, de muitas pessoas fora da Câmara, porque foi uma tarefa comunitária, em encarar e encontrar respostas, para este problema, e aquilo que os Senhores Deputados transmitiram, era naturalmente expectável, mas também como foi, era possível fazer melhor, porque é sempre possível fazer melhor, sobretudo em teoria, porque na prática, foi feito tudo até ao limite de todas as possibilidades, até ao limite da energia, de tudo aquilo que foi possível fazer por esta Câmara, e as Autarquias por todo o País, foram o grande escudo, da 1.ª linha, no trabalho em prol da saúde pública das pessoas, assim como o Serviço Nacional de Saúde, que sempre foi tão mal avaliado e tão desvalorizado, que neste período revelou-se capaz de lidar com esta situação, pelo menos até agora, não é muito robusto, tem fragilidades, mas resistiu e demonstrou a todos, que se não fosse o Serviço Nacional de Saúde, nós teríamos passado por este problema, de uma forma, muito, mas muito pior, e mais grave, sobretudo para as pessoas e famílias, que tiveram que ir aos Hospitais, e que tiveram que ficar em casa, mas também provou, que precisamos de mais Serviço de Saúde Pública, mais SNS, e a Câmara de Loulé tem percorrido este caminho, tem investido muito na Saúde Pública, quer ao nível de equipamentos, de parcerias estratégicas com o Centro Académico da Faculdade de Medicina da Universidade do Algarve, quer ao nível agora da criação deste Curso Profissional, esta pandemia, aqui em Loulé, também revelou, que a Câmara Municipal de Loulé, escolheu o caminho certo, revelou que o ABC, se revelou no País, uma estrutura tal, que projetou uma imagem de credibilidade e de capacidade de lidar com um problema tão complexo, como é

este problema, e demonstrou que o Algarve conta no País, para estas questões de pandemias, porque demos uma resposta, que todas as pessoas olharam para o Algarve, com admiração e respeito, e foi graças ao ABC, e a Câmara de Loulé tem uma parceria sólida com o ABC, o que o deixa muito orgulhoso, com projetos muito ambiciosos para o futuro, e para reforçar o SNS, agradecendo aos Médicos e ao SNS. Terminou a sua intervenção sobre este tema, dizendo que as Autarquias foram extraordinárias, pelo seu trabalho, porque a Autarquia de Loulé não foi a única. Respondendo ao Senhor Deputado Seruca Emídio (PSD), sobre se a Câmara já pensou no que iria fazer a seguir, disse que a Câmara só sabe, que neste momento tem um dispositivo, que antes da pandemia não tinha, que tem pessoas treinadas, tem conhecimento, para que, no caso da situação pandémica se agravar, temos conhecimento, que é logo a primeira garantia, e os casos que estão a surgir devido ao fim do confinamento, estão a ser lidados da melhor forma, e em todo o lado onde está a surgir o desconfinamento, estão a aparecer novos casos, e há que ter uma postura racional, como referiu o Senhor Deputado João Guerreiro (PSD), e com o qual está de acordo, porque não vale a pena o medo, mas sim o que for necessário na dose certa, porque senão, bloqueamos a economia, o que é um problema, porque todas as famílias precisam de trabalho, e toda a gente tem direito ao seu pão, e com uma economia bloqueada, não se vai lá, como tal, há que haver uma postura equilibrada, de bom senso, racional, e nisso concorda com a posição assumida pelo Senhor Deputado do PSD, e é isso que tem sido feito na CML, não se cultivam alarmismos, porque só temos neste momento ativos no Concelho, à volta de 7 casos, o que para a dimensão do nosso Concelho, é uma sorte, porque quando nos tocar um problema de haver mais casos, temos que encarar esse problema, e temos que estar é preparados para fazer face aos problemas, e rapidamente agir, porque uma das grandes vantagens que temos no Algarve, é que temos reagido, quase imediatamente, e isso permite, limitar cadeias de contágio, e o Algarve tem feito isso repetidamente, fez em Boliqueime, fez em Lagos, e está a fazer muitos testes, porque o Algarve tem uma grande capacidade de testagem de pessoas que os queiram fazer, ou aquelas que os organismos públicos determinem que se faça, e já se gastou muito dinheiro, e se houver um problema continuado, ainda se vai gastar muito mais dinheiro, e é bom que se tenha consciência, que isso vai obrigar, a rever o Plano de Investimentos que a Câmara tinha aprovado, não há maneira de dar a volta a isso, porque entre continuar a fazer as obras todas que a Câmara tinha programado, ou gastar dinheiro na saúde das pessoas, disse que preferia por algumas obras em compasso de espera, ficando adiadas, e irá alocar esse dinheiro na saúde pública e na proteção das empresas, naquilo que for necessário, essa é a postura da Câmara, como o futuro é uma grande interrogação, não pode dar uma resposta concreta, sobre o que é que vai fazer, mas disse que a Câmara está

preparada, e que vai continuar como até aqui, a trabalhar de uma forma inteligente, e pragmática.----------

De seguida o Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por concluída esta parte da Ordem de Trabalhos, e não havendo a possibilidade de continuar por restrições de carácter regimental e outras, apesar do debate desta Sessão, ter tido temas interessantes para a vida futura de todos, e para aquilo que foi a capacidade do Estado Local, enfrentar estas dificuldades e assumir as suas responsabilidades, e que os Municípios tiveram esse papel nesta pandemia, e o nosso Município, naturalmente também teve, e que será importante para a segurança das pessoas, sentirem que o Estado Local, está pronto a assumir as suas responsabilidades, e que não é uma palavra vã quando se diz que, as Autarquias desempenharam talvez um papel mais importante, na contenção, e em todo o papel que se segue agora, porque este problema não está terminado, ainda há muito trabalho pela frente, mas com certeza que se conseguirá, ir para a frente, e conseguir-se saúde e economia, porque tem que se ir em frente e criar rendimento, para as pessoas poderem sobreviver, e só assim as pessoas poderão sobreviver, tendo rendimento para satisfazer as suas necessidades. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores, aos Senhores Deputados Municipais, agradeceu a todos a colaboração e o esforço feito nesta Sessão, pelo tempo que aqui tiveram para chegarmos a este ponto e de forma a que o mesmo fosse concluído, contudo, e uma vez que a Ordem de Trabalhos não foi concluída, convocou todos para uma próxima reunião, de continuação, a ter lugar na segunda-feira seguinte, dia 29 de Junho de 2020, que terá como ponto de debate, as contas, incluindo as contas consolidadas, e como habitual, solicitou ao Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, o envio no dia 29 de Junho (segunda-feira), de um email, a lembrar a todos, de que esta Sessão continuará nesse dia, às 21 horas, neste mesmo local, Cineteatro Louletano. Agradeceu também, a presença e colaboração, prestadas pelos funcionários do Cineteatro, não só pelo trabalho, mas também pela simpatia e o profissionalismo que demonstraram, neste local, e no apoio a estas Sessões da Assembleia Municipal de Loulé.---------

O Senhor **Presidente da Assembleia**, deu por terminada a Sessão, e nada mais havendo a registar, foi lavrada a presente Ata, que depois de discutida e aprovada será assinada nos termos legais e regimentais.----------

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA Adriano Pimpão

A 1ª SECRETÁRIA

A 2ª SECRETÁRIA

Assembleia Municipal de Loulé
N.º Entrada 130
24/06/2020

MOÇÃO

Grupo Municipal do PS tendo avaliado a forma como o executivo municipal tem lidado, de forma competente e dedicada nas diversas fases, face à pandemia da COVID-19; CONGRATULA-SE pelo facto, e expressa-o na presente Moção

Desde o dia 6 de março, aquando da aprovação do seu Plano de Contingência Municipal, tem vindo a implementar um conjunto de medidas e ações no âmbito de prevenção e combate à pandemia COVID-19.

Foram definidos cinco eixos de ação no combate à COVID-19, bem como na resposta e apoio social, colaboração com as Juntas de Freguesia, IPSS, instituições de saúde do concelho, Autoridades Regionais e Local de Saúde Pública, Universidade do Algarve, ABC – Algarve Biomedical Center, CHUA – Centro Hospitalar e Universitário do Algarve e apoio para a retoma da dinâmica económica local:

1. **Limpeza, higienização e desinfecção dos espaços públicos, apoio na disponibilização de diversos equipamentos de proteção individual e de material de combate à epidemia a diversas instituições (Hospital do Algarve, Centros de Saúde, Juntas de Freguesia, Escolas, IPSS, etc), incluindo os próprios serviços municipais, e apoio à criação do Centro de Despistagem do COVID-19, Drive Thru, no Parque das Cidades.**

Neste eixo houve um investimento em cerca de **1 milhão de euros**, incluindo a criação da plataforma de comunicação COVID-19, http://covid19.cm-loule.pt

2. **Criação de uma "Linha Loulé Solidário" gratuita em colaboração com as Juntas de Freguesia e IPSS do concelho e reformulação da Bolsa de voluntariado Local existente, criação de Centros de Acolhimento e do Refeitório Social em Quarteira.**

Com recurso a Voluntários que se inscreveram para este efeito, e a Funcionários Municipais.

3. **Aquisição de equipamentos portáteis para apoiar os alunos no novo paradigma do ensino à distância**

a Câmara Municipal deliberou proceder à aquisição de mais de 70 equipamentos portáteis (tablets e portáteis) para apoiar a comunidade escolar num momento em que o ensino à distância está sendo cada vez mais a ferramenta a utilizar na actualidade.

4. **A isenção do pagamento das rendas de habitação social nos meses de abril e maio a todas as famílias que têm contratos de arrendamento com o município.**
durante o período em que vigorarem as medidas excepcionais de contenção da pandemia provocada pelo coronavírus/Convid-19.

- **5. Isenção de diversas taxas relacionadas com a atividade económica na ocupação do espaço público e isenção de rendas de concessão de espaços municipais e moratória no pagamento das faturas de abastecimento de água e resíduos.**

No âmbito das suas competências e atribuições, a Câmara Municipal de Loulé tem vindo a adotar, de forma complementar ao nacional, um conjunto de medidas no decorrer da evolução desta crise de saúde pública, social e económica, da qual resulta de uma complexidade de possíveis ligações, da necessidade, do equilíbrio, da expectativa e do sentido de responsabilidade no exercício da política pública a **Câmara Municipal de Loulé adotou 11 medidas de apoio à liquidez e tesouraria das empresas e das famílias, num montante estimado de cerca de 2 milhões euros onde destacamos:**

a) Isenção das tarifas fixas aplicadas aos serviços de fornecimento de água, de tratamento de águas residuais e de recolha de resíduos sólidos urbanos para os clientes não domésticos para os meses de Abril e Maio de 2020, devido à suspensão de atividade de muitos estabelecimentos;
b) Prolongamento do prazo limite para pagamento das faturas de água emitidas durante os meses de Abril e Maio de 2020 por mais seis meses. Esta medida terá como consequência para o Município o não recebimento imediato de cerca de 1,7 milhões de euros;
c) Alteração temporária do documentos solicitados para a atribuição do Tarifário Social da Água aos utilizadores domésticos, devido à possível alteração laborar e como forma de proteção social imediata;
d) Isenção do pagamento de taxas de Estacionamento de Duração Limitada do Município de Loulé, nos meses de Abril e Maio de 2020, uma vez que não existe circulação automóvel suficiente para o incentivo à rotatividade;
e) Utilização dos Transportes Públicos Urbanos do Município de Loulé de forma gratuita;
f) Utilização do Parque Municipal de Loulé de forma gratuita, livre e por tempo ilimitado, nos meses de Abril e Maio de 2020, uma vez que não existe circulação automóvel suficiente para a respetiva manutenção diária do espaço;
g) Isenção do pagamento de taxas municipais referentes à ocupação de espaço público com esplanada aberta e seus componentes e esplanada

fechada, por tempo indeterminado, devido à suspensão de atividade de muitos estabelecimentos;

h) Isenção do pagamento de taxas municipais referentes à ocupação do espaço aéreo e espaço público com toldos, reclames, cavaletes, suportes publicitários, expositores, vitrinas e similares, por tempo indeterminado, devido à suspensão de atividade de muitos estabelecimentos;

i) Isenção do pagamento de taxas municipais referentes à ocupação do espaço de feirante e vendedor ambulante, devido a não poderem exercer a sua atividade;

j) Não pagamento das prestações das concessões dos espaços municipais de café e similares correspondentes aos meses de Abril e Maio de 2020, devido à suspensão de atividade obrigatória.

k) Isenção do pagamento de taxas municipais de concessões dos módulos comerciais e das lojas no Mercado Municipal de Loulé, correspondente aos meses de abril e maio de 2020, podendo ter prorrogações mensais.

Além destas medidas ressalvamos também a elaboração de máscaras comunitárias que foram/estão sendo executadas por costureiras da Câmara Municipal de Loulé, e outras contratadas, para a elaboração destas máscaras, que têm o aval científico do ABC através da Faculdade de Medicina da Universidade do Algarve, sendo distribuídas desde o início de junho pela população mais vulnerável, que foi identificada nas diversas medidas sociais no âmbito da COVID-19, nomeadamente nos bairros sociais.

Loulé 24 de Junho de 2020

O Grupo Municipal do Partido Socialista á Assembleia Municipal de Loulé